

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - NUCT
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA - PPGG

MANOEL MESSIAS DA SILVA

A Agricultura Familiar em Projetos de Assentamentos

Porto Velho

2009

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
NÚCLEO DE CIENCIA E TECNOLOGIA – NUCT
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

MANOEL MESSIAS DA SILVA

A Agricultura Familiar em Projetos de Assentamentos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Fundação Rio Madeira, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Josué da Silva Costa

Porto Velho
2009

PPGG

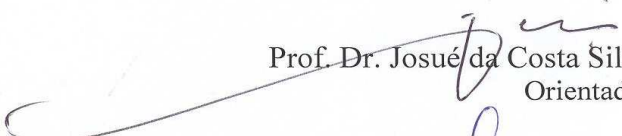
ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO


Manoel Messias da Silva

A Banca de defesa de Mestrado presidida pelo orientador Prof. Dr. Josué da Costa Silva e constituída pelos examinadores Prof. Dr. Flávio Batista Simão e pelo Prof. Dr. Dorisvalder Dias Nunes, reuniu-se no dia 19 de junho de 2009, às 09:00 horas na sala Josué de Castro, no prédio do Mestrado em Geografia, no Campus Universitário José Ribeiro Filho, para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada “*Agricultura Familiar em Projetos de Assentamento*” do mestrando *Manoel Messias da Silva*. Após a explanação do mestrando, e sua arguição pela Banca Examinadora, a referida dissertação foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi

APROVADO

Porto Velho, 19 de junho de 2009


Prof. Dr. Josué da Costa Silva
Orientador


Prof. Dr. Flávio Batista Simão
Examinador


Prof. Dr. Dorisvalder Dias Nunes
Examinador

Ficha catalográfica

Silva, Manoel Messias

A Reforma Agrária no Contexto da Agricultura Familiar: Estudo de caso nos assentamentos
Pedra Redonda e Cedro Jequitibá/ Manoel Messias da Silva – Porto Velho, 2009. 121 Fls.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Rondônia – Unir
Núcleo de Ciências e Tecnologia – Porto Velho, 2009.

1. Agricultura Familiar 2. Reforma Agrária. 3. Desenvolvimento Rural Sustentável.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Rondônia (UNIR), na pessoa do Magnífico Reitor, Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral, por seu espírito de luta em defesa de nossa Universidade Federal de Rondônia.

Ao Prof. Dr. Josué da Costa Silva, pela valiosa orientação e compromisso. Bem como pela condução do processo de reconhecimento deste curso junto a CAPES.

Ao Incra, pela condução do Programa de Colonização e Reforma Agrária em Rondônia, onde tenho aprendido tanto com meus colegas de trabalho.

A meus pais, pela educação que me concederam, e, sobretudo pelo exemplo na ética, solidariedade e compreensão. E aos meus irmãos pelo apoio que sempre recebi. Aos colegas de trabalho do Incra, que direto ou indiretamente participaram deste trabalho.

A cooperativa Milênio, Cootraron e Emater, na pessoa de seus técnicos dos escritórios locais em Machadinho D'Oeste.

Aos agricultores (as) familiares dos assentamentos Pedra Redonda e Cedro Jequitibá pela paciência e atenção no decorrer das observações e coleta de dados para conclusão deste trabalho.

A associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Cedro Jequitibá – ASPROCEJ.

Dedico esta dissertação à minha família. À minha esposa Doralucia, aos dois filhos Blandina e Aquiles. Eles são os grandes responsáveis pela realização deste trabalho.

Não é a escassez de recursos que limita as decisões e sim a insensatez das decisões que limita os recursos.

Karl Gunnar Mirdal, 2002.

RESUMO

Este trabalho aborda os temas reforma agrária, agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável. Configurado na metodologia do estudo de caso, como proposta analítica que procura estudar uma determinada realidade exaustivamente a fim de se obter as informações. Trata-se de um estudo empírico que investiga um fenômeno, mediante a utilização de várias fontes de evidências tanto quantitativas como qualitativas. Com essa técnica procura-se vivenciar a realidade e emitir parecer conclusivo, quanto a origem das diferenças social e econômica entre os dois assentamentos Pedra Redonda e Cedro Jequitibá, localizados ambos no município de Machadinho D'Oeste em Rondônia.

O enfoque da reforma agrária se caracteriza no vício do latifúndio, que tem açambarcado os pequenos agricultores; enquanto esses resistem ao longo do tempo e buscam se organizar para as conquistas de condições dignas no campo e em defesa do desenvolvimento rural sustentável.

Na atualidade os movimentos sociais exigem terra para quem não tem e quer viver dela, mais crédito, assessoria técnica social, ambiental, infra-estrutura viária e apoio à agroindústria. Ou seja, querem produzir mais, com eficiência e assim encontrar o caminho do desenvolvimento sustentável.

Esse trabalho explora uma situação vivida por dois assentamentos num mesmo município, próximos da cidade, que tiveram os mesmos benefícios das políticas públicas, e que se encontram em posições econômicas e sociais divergentes. Um caminhando com perspectiva de chegada ao porto seguro; enquanto o outro sem rumo, aguarda uma alternativa plausível do Estado, já que suas forças não são suficientes para encontrar o caminho desejável.

O que se conclui com este estudo no meio rural, é da existência de políticas públicas com objetivo de proporcionar o desenvolvimento desse país; mas que, de posse de métodos inadequados, oriundos de sistemas centralizadores, não traduz os anseios desses agricultores(as) familiares. Decepcionados e desesperançados esperneiam contra o sistema injusto há anos, sistema que os deixa cada vez mais pobres e dependentes, quando não os deportam para as periferias das cidades.

Por que ocorre tamanha diferença econômica e social entre as duas comunidades? Indiscutivelmente ocorre em decorrência da falta de sensibilidade política, para o entendimento de que não se pode tratar de forma igualitária situações diferentes. Como vem fazendo ao longo dos anos a revolução verde, com seus pacotes tecnológicos exógenos, tão arraigados no meio rural brasileiro não tem permitido, a entrada de uma nova matriz tecnológica, identificada com as características regionais, em respeito ao saber local.

Palavras Chaves: Reforma Agrária, Agricultura familiar , agroecologia e Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This work boards the land reform themes, family agriculture and the sustainable development. Configured in the methodology do study of case, like analytic proposed that search study a certain reality exhaustively in order to if obtain the information. It is an empiric study that investigate a phenomenon, by means of the evidences various fontes utilization both quantitative as qualitative. With this technical search itself vivenciar the reality and to emit seem conclusive, regarding source of the social and economic differences between both Round Stone settlements and Cedar Jequitibá, located both in the Hatchet municipal district Machadinho D'Oeste in Rondônia.

The focus of the land reform characterizes in the vice of the latifundium, which have açambarcado the farming littles; while these resist along the time and seek if organize for the conquests of worthy terms in the field and in defense of the sustainable rural development.

At the present time the social actions demand land to who does not have and want to live of her, more credit, social technical and environmental office, infrastructure viária and support to agroindústria. In other words, they want to produce more, with efficiency and thus find the way to the sustainable development.

That work explores a situation lived by two settlements at the same municipal district, nearby of the city, which had the same benefices of the public politicses, and that are met in economic and divergent social positions. One walking with perspective of arrival to Porto Seguro; while the other aimless, it waits an Estates plausible option, since her forces are not enough to find the desirable way.

That concludes with this in the middle rural study, it belongs to the politicses existence public with goal of providing the development of this country; but that, of ownership of inadequate, derived methods of centralizer systems, it does not translate anseios of these farming (the) family. Disappointed and hopeless kick about against the unjust system there are years, system that lets them more and more poor and dependent, when do not deport them for the peripheries of the cities.

why it occurs such economic and social difference between both communities? It unquestionably occurs due to the lack of political sensibility, for the understanding that ca not care for equalitarian form different situations. As it comes doing along the years the green revolution, with their technological packages exogenous, so rooted in the middle rural Brazilian has not been allowing, the entrance of a new technological matrix, identified with the regional characteristics, in respect to the local knowledge.

Key words: family farming, agrarian reform, agraecology e sustainable development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
------------------------	----------

CAPITULO 1

1. A Questão Agrária e a Agricultura Familiar.....	7
---	----------

CAPÍTULO 2

2. Os Caminhos Metodológicos da Pesquisa.....	12
2.1. Problemática da Pesquisa.....	22
2.2. População e amostra.....	24
2.3. Identificação dos Arranjos Produtivos Existentes nos Dois Assentamentos.....	28
2.4. Identificação dos Descritores e Indicadores de Infra-estrutura Econômica, Social, Cultural e Ambiental.....	28
2.5. Método de Construção dos Indicadores.....	32

CAPÍTULO 3

3. Agricultura Familiar no Brasil.....	34
3.1. A política Agrícola da Agricultura Familiar no Brasil.....	41
3.2. A colonização e a Agricultura Familiar em Rondônia.....	44
3.3. Agricultura Familiar em Machadinho D'Oeste.....	50
3.3.1. Aspectos Demográficos.....	54
3.3.2. Aspectos Econômicos.....	55
3.3.3. Aspectos Sociais.....	59
3.3.4. Aspectos Financeiros da Arrecadação.....	65

CAPÍTULO 4

4. Coleta de Dados dos Assentamentos.....	69
4.1. Sistematização dos Dados do Pedra Redonda.....	72
4.2. Sistematização dos Dados do Cedro Jequitibá.....	86

CAPÍTULO 5

5. Analise e Resultado dos Dados dos Assentamentos.....	101
5.1. Apresentação e Análise dos Dados do Assentamento Pedra Redonda	102
5.2. Apresentação e Análise dos Dados do Assentamento Cedro Jequitibá	107

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
----------------------------------	------------

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	116
--------------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

A proposta da presente pesquisa, contextualizada no estudo de caso, envolve dois temas atuais relacionados diretamente ao meio rural, a Reforma Agrária e Agricultura Familiar, que representam melhoria social e econômica para as famílias.

Pretende-se com essa proposta contribuir com o despertar dos poderes constituídos, técnicos e especialmente das elites essencialmente capitalistas, que convivem num projeto de interesse meramente financeiro e que não se permitem encontrar a lógica do desenvolvimento local. Alternativa promissora para o bem estar de todos com a sua lógica de consumo e mercado.

O grande equívoco no rural brasileiro se instalou com a idéia da grande propriedade que conjuntamente desenvolve a monocultura. Experiência que remonta as suas origens; ao descobrir as terras brasileiras, o sistema implantado pelo país colonizador foi as grandes glebas de terras individuais, enquadrando-se como o sistema que viria proporcionar renda àquela nação portuguesa.

Decorridos séculos as condições predominantes da concentração exorbitante da terra permanece, bem como, uma matriz de desenvolvimento aplicada, oriunda de países desenvolvidos, porém sem o viés da sustentabilidade.

A história nos mostra que, desde os tempos do império, de governos duros e ditatoriais, o latifúndio prepondera. Porém, a presença de nacionalistas democráticos

não têm nos faltado, como defensores da grande causa para o desenvolvimento, a partir da pequena propriedade rural.

No período preparatório a independência em 1822, José Bonifácio destacou-se com seu esforço na promoção da pequena propriedade. Porém, após três décadas, surgiu a primeira legislação sobre o assunto, chamada Lei de Terras¹, que infelizmente impôs o acesso à terra somente através da compra. Uma represália ao movimento iniciante em defesa da pequena propriedade. Ou seja, a dominação do latifúndio (TAVARES DOS SANTOS, 2000).

No início do século XX, a proposta de José Bonifácio ressurgiu mais forte e levanta-se através de um grande movimento da época, o Tenentismo. Com o argumento de que a concentração fundiária travava o crescimento do país. Em 1930, surge a revolução coordenada por este movimento, tendo como tema central, a grande propriedade (TAVARES DOS SANTOS. 2000).

Em meados da década seguinte, emergem os movimentos sociais em prol do fortalecimento da Reforma Agrária. No ano de 1962, cria-se a Superintendência de Reforma Agrária, com o objetivo de atender às demandas dos movimentos sociais organizados.

Em 1964, com o golpe militar, houve a extinção da Superintendência da Reforma Agrária e foi promulgada pelo Presidente da República a lei nº 4.504 denominada Estatuto da Terra, em vigência até hoje. Em tese essa lei abriria espaço à busca da promoção social e da justa distribuição de terras, com foco na grande propriedade rural improdutiva, que viria atender aos movimentos sociais na contenção das áreas em conflito de norte a sul do país (LEITE, 1999).

¹ Foi a primeira lei brasileira, elaborada pela Câmara dos Deputados do Império, a tratar do tema fundiário, de número 601 de 18 de setembro de 1850.

Nos anos 80, na continuação da luta e na euforia do povo pela democratização do país, surgem outros movimentos sociais em busca de terras ou de melhores condições de vida na pequena propriedade. Em resposta aos movimentos organizados, é implantado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (1985 – 1989). Inicia-se uma nova fase com acelerada disputa pela terra, através dos movimentos sociais e ressaltam a importância dos pequenos agricultores (agricultura familiar), na busca por um modelo de desenvolvimento apropriado as suas condições (LEITE, 1999).

Entretanto, alguns autores vinculados à corrente filosófica em defesa da agricultura patronal, consideram como bárbaros os agricultores familiares. Porém, estudiosos conhecedores da agricultura familiar, repudiam tal postura por entenderem que há, historicamente, uma indisposição do Estado brasileiro em disponibilizar políticas públicas em prol desse segmento social denominado de agricultura familiar, para que o mesmo venha proporcionar melhor desempenho.

Contudo nos anos 90, pela primeira vez na história brasileira, abre-se a discussão de uma proposta de política pública a fim de atender parcialmente aos agricultores familiares.

O presente estudo insere-se num esforço de pesquisa que busca compreender as diferenças sociais e econômicas existentes entre esses beneficiários da reforma agrária e integrantes do conjunto de agricultores atualmente definidos e caracterizados como agricultores familiares. Considerando todo esse histórico do passado que ainda permanece presente na vida dessa gente e de toda a sociedade.

Com a busca da identificação das diferenças sociais e econômicas desses dois assentamentos, pretende-se dá uma contribuição às pesquisas sobre a

temática. Apresentando as necessidades de conquistas esses agricultores familiares, como forma de superar as desigualdades sociais e promover a justa distribuição de renda.

A partir desse estudo comparativo, considerando as variáveis existentes nas duas comunidades, percebe-se a complexidade da idéia de reprodução das unidades familiares, mediante a formulação de um conjunto de iniciativas constituídas através de suas estratégias particulares e locais.

Cada família assentada constitui o seu conjunto de recursos diferenciados no interior do seu estabelecimento, a partir da disponibilidade da terra e trabalho. Convivendo com os fatores endógenos e exógenos que interferem freqüentemente na dinâmica dessas comunidades produtivas.

Os assentamentos Pedra Redonda e Cedro Jequitibá, com 153 e 193 parcelas de terra, respectivamente, representam a base geográfica desta pesquisa. Considerando o seu período temporal, desde o ano de criação do assentamento até 2004. Estão situados no município de Machadinho D'Oeste, região com o maior número de assentamentos de famílias em Rondônia.

Esses dois assentamentos pertencem a uma região causadora de uma polêmica entre governo e ambientalistas nos idos de 1985, tendo como núcleo central, uma equação complexa envolvendo os fatores: qualidade do solo, sistema produtivo e sustentabilidade.

A tese dos ambientalistas, a princípio impediu a ocupação da terra tão esperada pelos sem-terra. O que foi um transtorno para esses agricultores que, há tempo aguardavam pela posse da terra, o sonho da família.

Em Rondônia, apesar das dificuldades enfrentadas na implantação do Programa de Colonização do Governo Federal, com o início da ocupação nos anos

70, considera-se o início do marco das mudanças ocupacionais, que representou a mola propulsora do crescimento e desenvolvimento.

Embora o questionamento da Reforma Agrária no contexto do desenvolvimento da agricultura familiar tenha suas incógnitas que precisam ser melhores compreendidas. É indubitável a importância dessa categoria de agricultores ao processo de desenvolvimento do país.

O que precisa-se é identificar os fatos ocorrentes, os entraves desse segmento de agricultores através da pesquisa para a busca de alternativas capazes de promover a aplicação estável desse sistema.

O capítulo primeiro procura contextualizar a Reforma Agrária, programa difícil de ser implementado neste país em decorrência dos interesses de latifundiários, que há séculos vêm manobrando o poder público, as massas populares, os mais simples e desprovidos do seu essencial; em benefício próprio.

Retrata o sistema de agricultura patronal que até então é alimentado como algo de exclusivo para o setor primário que, responde aos interesses econômicos e sociais do país. Enquanto a agricultura familiar é dispensável.

Ainda no período da colonização do país, o Estado permitia o uso das grandes glebas de terra, porém, aqueles que respondiam economicamente. Ao contrário lhe era retirado o bem e repassado ao interessado seguinte, que pretendia produzir na terra. O estado detinha o controle do bem (terra) e repassava àqueles que faziam bom uso da mesma. O direito de apropriação para fins de especulação no mercado financeiro não ocorria (HOLANDA,1987).

O capítulo segundo apresenta os métodos usados na construção do trabalho de pesquisa, mostrando os passos dados, na esperança de se construir uma proposta de utilidade social, que venha auxiliar no desenvolvimento dos

assentamentos do programa regional de reforma agrária e no ordenamento da política de desenvolvimento rural sustentável no município de Machadinho D'Oeste.

O terceiro capítulo trata da agricultura familiar no Brasil e apresenta o seu modelo alternativo de desenvolvimento, a sua expansão e ocupação de espaço junto as políticas públicas. Ao mesmo tempo que explica as suas diferenças com a agricultura patronal e deixa claro que esse modelo sempre foi um empecilho ao avanço da agricultura familiar. Quem seria a mão de obra da agricultura patronal se os pequenos agricultores tivessem encontrado o apoio necessário para o acesso a terra e ao desenvolvimento de seus projetos de vida?

O mesmo capítulo trata ainda, do surgimento da agricultura familiar no Estado de Rondônia com ênfase no trabalho de colonização pública do Governo Federal e chega até o município de Machadinho D'Oeste, onde estão localizados os dois assentamentos, área de trabalho desta pesquisa.

O quarto capítulo ordena as informações oriundas da pesquisa para a análise dos fatos ocorrentes, bem como, a visualização do problema estabelecido na pesquisa, conforme o referencial analítico que permeia todo trabalho.

Confirmada a disparidade social e econômica entre as duas comunidades, busca-se identificar as causas provocadoras dessas diferenças. Considerando os pontos comuns entre os dois assentamentos, tais quais, localizam-se no mesmo município a poucos quilômetros de distância da sede municipal e são amparados pelas mesmas políticas públicas.

O quinto e último capítulo, apresenta os dados coletados e sistematizados, que permitem a análise final do problema em estudo e conclui apresentando as origens as diferenças social e econômica entre os assentamentos, bem como, as alternativas para a correção de rumo desses assentados.

CAPÍTULO 1

A Questão Agrária e a Agricultura Familiar

A notoriedade do tema Reforma Agrária não é casual. Na história brasileira, a disputa pela distribuição da terra constitui-se um grande problema social e econômico. Não é difícil perceber, que a concentração da terra em favor de minorias está intimamente relacionada a determinadas formas de exercício do poder e o culto ao direito de propriedade sem limites, que como consequência provoca a exclusão social, a pobreza, a fome, a violência urbana e rural.

Em razão dessas resistências dos latifundiários, surgiram as diversas lutas: dos quilombos, revolta dos Cabanos(PA), revoltas de colonos (Ibicaba,SP), revoltas de homens pobres e livres contra o recenseamento (PE) (MEDEIROS,1989).

No final do século XIX e início do século XX, ocorreram manifestações como, as greves do café (SP) e os movimentos messiânicos (Canudos, contestado), todos com características localizadas, porém com as mesmas aspirações: terra para os sem terra (MEDEIROS,1989).

Já em meados dos anos 40, surgem as primeiras organizações de trabalhadores (ligas, uniões, irmandades, associações), em diferentes pontos do país: São Paulo, Triângulo Mineiro, Pernambuco e sul de Goiás, servindo como estímulo às organizações do Partido Comunista (MEDEIROS,1989).

Nos anos 50, surgem os primeiros encontros no campo (conferências, congressos, etc.). Em meados da década, aparecem os primeiros conflitos por terra no município de Formoso (antigo Estado de Goiás, atual Tocantins) e operação "arranca-capim" em São Paulo (MEDEIROS, 1989).

No início dos anos 60, acontece um grande congresso em Belo Horizonte, com participação nacional, e tendo como tema: "Reforma Agrária na Lei ou na Marra". O evento contou com a participação das classes trabalhadoras organizadas, foreiros e rendeiros, ameaçados de expulsão; arrendatários de algodão; colonos (café) e moradores (cana); e posseiros ameaçados por grileiros (MEDEIROS, 1989).

Em 1964, logo após o Golpe Militar, acontece forte repressão aos movimentos ligados à luta pela Reforma Agrária, como o desbaratamento das ligas rurais e intervenções sobre os sindicatos. Somente em 1968, inicia-se a reorganização da malha sindical

Em 1975, a Comissão Pastoral da Terra começa a atuar nas áreas de conflito de posseiros nas regiões Centro-oeste e Norte. Nos anos 80, surgem vários outros movimentos pela terra, dentre eles o Movimento Sem Terra (MST), com repercussão nacional e atuação organizada com acampamentos, ocupações, trancamento de bancos e rodovias, atos públicos e marchas intermunicipais.

Com a intensificação das ocupações, o clima de disputa foi acirrando-se e pressionando àqueles que poderiam decidir em prol da Reforma Agrária. Em 1985, com a instalação da Nova República, surge um novo horizonte em benefício da causa. O primeiro presidente eleito democraticamente, com compromisso popular , promove o primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária, honrando os compromissos assumidos com a Aliança Democrática em prol daqueles que precisam da terra.

Este plano obviamente não poderia atender as demandas agrárias existentes, como veremos a frente, agindo apenas de forma localizada, atendia as maiores pressões dos movimentos sociais e ignorava a grande massa reprimida de trabalhadores que vivem como assalariados, bóias-frias, em condições de subsistência, ou até mesmo em escravidão.

O tema Reforma Agrária, sempre foi razão para muita polêmica e pouca ação. Quando nos idos de 50, a proposta era obtenção da terra pela expropriação, nos anos 60, chegou-se a desapropriação e hoje a alternativa é, compra da terra.

Enquanto isso, os números registrados desde a publicação do Estatuto da Terra em 1964 até 1994, apenas 218 mil famílias haviam sido assentadas, enquanto que no período posterior, entre 1995 e 1999, o Programa Nacional de Reforma Agrária assentou 372.866. Totalizando no período de 1964 à 1999, 590.866 famílias assentadas (MINISTÉRIO EXTRAORDNÁRIO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA,1997).

O Programa Nacional de Reforma Agrária tem como objetivo corrigir a distorção acentuada da malha fundiária brasileira, através do assentamento de famílias. Este objetivo busca promover a justiça social para aqueles que não têm terra e dela precisam para viver dignamente com suas famílias.

Esse esforço se faz necessário, com base em estudos acadêmicos que demonstram a importância da agricultura familiar, como alternativa de governo na promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável.

As conseqüências da morosidade na descentralização das terras estão presentes nas estatísticas da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Que revelam a marcha ascendente dos conflitos no campo. Em 2000, aconteceram 660 conflitos; em 2001, foram 880; em 2002, registrou-se 925; em 2003, até o mês de novembro, ocorreram 1.197 conflitos (ARIOVALDO, 2004).

Entre os conflitos trabalhistas, destacam-se aqueles relativos a super-exploração e falta de respeito aos direitos humanos e, particularmente, o registro de 45 casos relativos à peonagem, também denominado de trabalho escravo em 2001, e 47 casos registrados no ano de 2002 (ARIOVALDO, 2004).

Mais recentemente foi registrado, pela imprensa nacional, um fato de identificação de trabalho escravo por auditores fiscais do Ministério do Trabalho, que teve como consequência a reação do fazendeiro em mandar assassinar a tiros, os três fiscais e motorista, quando realizavam vistorias de rotina a 50 quilômetros de Unaí, no noroeste do Estado de Minas Gerais, onde são comuns as denúncias de trabalho escravo (ARIOVALDO, 2004:4).

Enquanto os fatos ocorrem em detrimento do agricultor sem terra, as defesas ao latifúndio não param; Graziano Neto (2004), afirma: o Brasil já não precisa de reforma agrária, pois os latifúndios já não mais existem, foi coisa do tempo dos coronéis. Admite a necessidade de um novo modelo de uso da terra, que passe não pela posse da terra, mas pela geração de empregos no campo e nos arredores das metrópoles. Considera o modelo fundiário apresentado pelo MST como falido, e que, esse movimento apenas busca poder, monta os seus projetos com finalidades políticas, precisando sempre, alimentar a fábrica de sem-terras idealizada pelo movimento.

A argumentação de Graziano Neto, que não convence aos movimentos sociais, apenas representa uma dosagem alta de defesa ao latifúndio que, já não tem repercussão. Frente aos fatos do caos social que vem provocando o latifúndio. Consequentemente, não faz desistir aos agricultores sem-terra, pois sabem do grande papel da pequena propriedade como instrumento de desenvolvimento e da promoção da justa distribuição de renda.

Os países ditos desenvolvidos há séculos realizaram a reforma agrária, na primeira década do século XX onde, já mantinham o modelo produtivo aperfeiçoado, com seu programa de desenvolvimento denominado de “revolução verde”.

No Brasil, em pleno século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da reforma agrário, enquanto as elites concentradoras de terras e poder, que se organizam cada vez mais e respondem com as variadas formas de violências: física, na mídia e através dos poderes constituídos.

CAPITULO 2

Os Caminhos Metodológicos da Pesquisa

O princípio metodológico que norteia a presente pesquisa está configurado na metodologia de estudo de caso. Sendo este, uma proposta analítica pela qual procura-se estudar uma determinada realidade exaustivamente, de forma a obter o máximo de informações possíveis e a partir dessas informações vivenciar a realidade e emitir parecer conclusivo sobre o problema (Haidt ,1994).

O tema desta dissertação apresenta estreita relação com o tema reforma agrária que, por sua vez, relaciona-se diretamente com o segmento social denominado agricultura familiar. Que a todo momento sente a necessidade de sua ampliação, através do programa de reforma agrária, como alternativa de superação nacional aos problemas de ordem social, ambiental e econômica, provocados pelos açambarcadores do povo.

O tratamento ao tema agricultura familiar, nas últimas duas décadas no Brasil, tem recebido de pesquisadores, movimento sindical e algumas entidades governamentais, uma atenção especial, na tentativa de despertar na sociedade

preconceituosa, os valores intrínsecos dessa gente. Que até chegar ao atual estágio, essas pessoas receberam variadas denominações como: agricultura de subsistência, campesino, colono, pequeno agricultor e minifúndios.

Dados mais recentes faz novas constatações que, incorporadas pela sociedade, provocam uma grande diferença na concepção da importância desses agricultores. Estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas-Fipe (2003), afirma que as cadeias produtivas da agricultura familiar respondem por 10% do PIB brasileiro, o que corresponde a 157 bilhões, em valores daquele ano. Considerando que o conjunto do agronegócio foi responsável, no mesmo ano por, 30,6% do PIB, fica evidente o peso da agricultura familiar na geração e distribuição de riqueza no país.

Os dados acima apresentados, faz parte de um esforço de governo na tentativa de superar a contra-informação sofrida por esses agricultores familiares no decorrer dos séculos.

Isso tudo, na tentativa de aliviar os efeitos das investidas de interesse da agricultura patronal que, com seu poderio secular, tem escravizado o pequeno agricultor e organizado setores governamentais e privados em seu benefício e, em detrimento dessa gente.

No período colonial as doações de terras foram, em regra, de grandes áreas, atendendo a pretensão do Governo Imperial com a definição do seu modelo inicial de desenvolvimento voltado à monocultura, com base na exploração da cana-de-açúcar.

Para os donos da terra, a cultura da cana-de-açúcar só respondia economicamente em grandes plantações, não era empreendimento para pequenos proprietários isolados. Tida como tarefa de alto custo neste meio tropical e virgem,

tão hostil ao homem, tornava-se necessário o esforço conjunto de muitos trabalhadores. A plantação, a colheita e o transporte do produto até chegar aos engenhos onde se preparava o açúcar, só se tornava rendoso quando realizado em grandes volumes (HOLANDA,1987).

Nessas circunstâncias, fica determinado o tipo de exploração agrária adotada no Brasil, a grande propriedade. Pois, o objetivo é atender a exploração em larga escala, através de numerosos trabalhadores assalariados. Aqueles que sabem trabalhar na terra e que pretendem o seu pedaço de terra, são incapazes de promover o desenvolvimento, segundo as elites.

Afirma Freire (1983), que desde a primeira metade do século XVI no Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor existiu em função do interesse condicional de um sistema de produção econômica e pela escassez de mulheres brancas entre os conquistadores.

A definição de agricultura familiar no Brasil decorre de tempos novos, marcados pelo início dos estudos acadêmicos a partir da segunda metade da década de 80. Que para Schneider (2000), é entendida como sendo:

“Um grupo social que compartilha o mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra. Este coletivo ligado por laços de parentesco ou consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente outros membros não consangüíneos (adoção). É no âmbito da família que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros integrantes e é em função deste referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas” (p.08).

De acordo com Wanderley (1999), a agricultura familiar é uma categoria mais geral que abrange diversas formas específicas, como resquícios do sistema

produtivo colonial (conhecido também como agricultura tradicional) e diversas formas modernas de agricultura familiar. Continua Wanderley (1999),

Agricultura Familiar: é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família – produção – trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e espaço, uma grande diversidade de formas sociais (p.23).

A agricultura familiar é um fenômeno tão amplo que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, mas de acordo com os seus moldes atuais e Abramovay (1997) afirma: A agricultura familiar é aquela em que a gestão da propriedade é a maior parte do trabalho, pois os indivíduos mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes pouco operacional é perfeitamente compreensivo diante da complexidade que representa esse segmento social.

No trabalho de pesquisa do convênio INCRA/FAO, pode-se verificar no ano de 1997, a definição de uma tipologia básica dos agricultores, a partir das condições de produção, suas reações e respostas ao conjunto de variáveis externas, assim como as formas de apropriação da natureza, resultou nas tipologias:

- a) Agricultores Familiares: conceitualmente são considerados familiares os produtores, proprietários ou não da terra, que detém o controle do processo de trabalho (gerência) e utilizam mão de obra familiar.
- b) Agricultores Patronais: são aqueles que comandam diretamente o processo de trabalho baseado na mão de obra assalariada;

c) Agricultores capitalistas: os agricultores ou empresas capitalistas são unidades de produção baseadas na aplicação de capital e no trabalho assalariado, onde a gestão do processo produtivo é realizada por gerentes e administradores.

Essa pesquisa de definição da classificação dos ocupantes do solo agricultável brasileiro, teve como finalidade a identificação dos atores responsáveis pela produção nacional e, conseqüentemente, melhor ordenar o planejamento interno das políticas públicas em benefício daqueles integrados em benefício do desenvolvimento sustentável.

As características das atividades na agricultura familiar existem, porém é indiscutível os seus variados níveis de peculiaridades. Pois esse segmento de agricultores está sempre atento as variações existentes no meio, o que a torna capaz da promoção do desenvolvimento de mecanismos de resistência à reprodução social, mesmo em condições e ambientes adversos.

Nesse sentido, esclarece Schneider (1999b), o primeiro elemento para se definir a agricultura familiar está relacionado a forma de uso do trabalho. As unidades familiares funcionam, predominantemente, com base na família. A forma de uso do trabalho, os obstáculos da natureza para o desenvolvimento da agricultura e o papel do ambiente social e econômico em que estão inseridas, organizam-se de modo a reproduzir-se socialmente mesmo em condições adversas, como escassez de crédito, insumos e infra-estrutura.

A justificativa para tal condição está na sua estruturação e na força de trabalho em família, que permitem maior agilidade na tomada de decisões e flexibilidade em casos de retrocesso. No entanto, não deve ser encarado como regra geral, é uma idéia comparativa entre duas situações apontadas para a diversidade de mecanismo de reprodução mesmo em condições adversas (SCHNEIDER, 1999b).

A reprodução social da agricultura familiar ocorre de acordo com a organização da produção e o trabalho da família. Sendo este, o menor núcleo de agrupamento a promover a organização da produção, do trabalho e consumo.

Para Schneider (2000) agricultura familiar é entendida como sendo: “um grupo social que compartilha o mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum), e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra. Este coletivo está ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção). É no âmbito da família que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros integrantes e é em função deste referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas”.

A afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação em que o Estado lhe emprestou, ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, em 1996. Programa este formulado como resposta às reivindicações do movimento sindical rural realizado desde o início da década de noventa (SCHNEIDER, 2003)

Para Altieri (1992,2001), sob a perspectiva da produção, a sustentabilidade somente poderá ser alcançada “no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente”, tendo a agroecologia como suporte, com as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades do projeto de desenvolvimento rural sustentável.

Para Almeida e Brandenburg (1999), é necessária a prática de um padrão alternativo agroecológico, com o intuito de lutar contra processos dominantes de

homogeneização técnica e, ao mesmo tempo, uma construção de sujeitos idealizadores de novas relações sociais e ambientais.

O segmento social de agricultores familiares atuam como construtores naturais do desenvolvimento rural sustentável, pois vivem numa perspectiva multidimensional proporcionada pela agroecologia. Portanto, pressupõe-se um tratamento mais eqüitativo a todos os atores envolvidos, buscando-se uma melhoria crescente e equilibrada daqueles elementos que expressam os incrementos positivos a cada dimensão da sustentabilidade (COSTABEBER e CAPORAL, 2004).

Dito de maneira breve e assumindo a centralidade nos processos de desenvolvimento rural, poderia afirmar que, como resultado da aplicação dos princípios da agroecologia, pode-se alcançar estilos de agricultura de base ecológico e, assim, obter-se produtos de qualidade biológica superior (COSTABEBER e CAPORAL, 2004, p. 15).

Com fins de atender aos princípios do desenvolvimento sustentável, como superação ao modelo desenvolvimentista incluso no projeto economicista ainda em vigor; chama-se como uma das alternativas, um estilo que signifique suprir requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, apoiar a participação política dos seus atores e permitir a obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, numa perspectiva temporal de longo prazo que inclua tanto a presente como as futuras gerações (COSTABEBER e CAPORAL, 2004, p. 15).

Na concepção de Ehlers (1999), é bem provável que a agricultura sustentável concilie princípios e práticas da agricultura alternativa e convencional, assim como novos conhecimentos provenientes da experiência dos agricultores e da pesquisa

agroecológica. Mas, certamente, a agricultura sustentável não se constituirá de um conjunto bem definido de práticas, como foi o pacote tecnológico da revolução verde, pois cada agroecossistema poderá exigir soluções diferenciadas.

Na construção do seu estilo próprio, a agricultura familiar busca a construção do modelo de desenvolvimento sustentável, naturalmente incompatível com o atual, o que leva a adotar como referencia a proposta de classificação de avaliação para a sustentabilidade no desenvolvimento rural local, a partir dos indicadores de DEPONTI, C. M., ALMEIDA, J. apresentados no Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia Rural (ALASRU), 8., Porto Alegre, 2002.

Para Chambers (1983), espera-se que os agricultores e camponeses se transformem nos “arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento”. Condição essa indispensável para a promoção do desenvolvimento local sustentável, possível a partir do estado democrático de direito, que apenas começa a estabelecer-se no país.

O professor Bruno Jean, também pesquisador do grupo de pesquisa interdisciplinar sobre desenvolvimento do Leste-do-Quebec (GRIDEQ), Universidade de Quebec à Rimouski, em seu artigo intitulado: “A forma social da agricultura contemporânea”, faz uma análise das perspectivas de sobrevivência da produção familiar face as transformações ocorridas na economia moderna, e conclui o autor:

Há mais de um século, o futuro da agricultura familiar tem sido alvo de um número impressionante de especulações as mais diversas. Se muitos tomavam sua defesa, mais de um profetizava seu desaparecimento próximo, ilustrava seu processo de decomposição para dar lugar a uma forma superior ou mais evoluída de exploração agrícola, seja a fazenda capitalista para uns ou a fazenda coletiva para outros. Se todos os lados tentaram nos fazer crer que sua tarefa histórica se acabava e que ela iria desaparecer para transformar-se numa espécie de ‘objeto inanimado’ de interesse apenas para as ciências historiográficas e

etnográficas, neste caso, fora do campo de preocupações da sociologia e da economia rural. Por outro lado, a produção familiar agrícola parece ter sido capaz de gerar uma curiosa capacidade de manter-se, de reproduzir-se ao longo das gerações, de adaptar-se aos movimentos da conjuntura sócio-econômica e isto, independentemente dos regimes políticos, tão diferentes de norte a sul, de leste à oeste, nos quais ela foi levada a evoluir.

O universo oficial da pesquisa considera, um total 346 famílias, sendo 153 famílias no Pedra Redonda e 193 famílias no assentamento Cedro Jequitibá. Tendo como problemática as diferenças sociais e econômicas entre essas duas comunidades de assentados da reforma agrária.

Esta problemática é pertinente, porém exige muito esforço na condução do processo para a percepção das causas do sucesso e/ou insucesso desses assentamentos, já que o efeito está presente.

A comunidade do Cedro Jequitibá reagiu bem a aplicação das políticas públicas existentes no processo de implantação do assentamento. Que por sua vez, atendeu aos interesses das políticas relacionadas as esferas: Federal, Estadual e Municipal. Cabendo ao Estado, principalmente, a política de assistência técnica aplicada pela Emater.

Enquanto que as famílias do Pedra Redonda, com as mesmas políticas públicas disponíveis às famílias do assentamento Cedro Jequitibá, não conseguiram as respostas almejadas, principalmente relacionadas as dimensões econômica e social.

A diferença marcante entre os dois assentamentos, está registrada no mau desempenho do arranjo produtivo implantado no Pedra Redonda. O assentamento não foi capaz de responder aos interesses econômicos e sociais da comunidade.

Hoje, descapitalizados, encontram-se sem forças físicas, políticas e econômicas para retomarem seus novos projetos.

Estão presentes na comunidade, o trabalho e a organização, mesmo que não seja o ideal. As famílias buscaram na terra a alternativa de trabalho e nesta busca, se faz necessário a presença dos recursos para superar os entraves encontrados.

Para Wanderlei (1999), “é importante insistir que esse caráter familiar não seja um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família, produção e trabalho, tem conseqüências para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho, assume no tempo e espaço uma grande diversidade de forma social”.

Na concepção acima estabelece-se uma grande relação de modelos alternativos de desenvolvimento, modelos medianos e experiências com arranjos circunstanciais à espera de um novo caminho.

Gliessman (2000) apresenta a necessidade que distingue três níveis fundamentais no processo de transição ou conversão para agroecossistemas sustentáveis. O primeiro diz respeito ao incremento da eficiência das práticas não - convencionais em reduzir o uso e o consumo de insumos externos caros, escassos e daninho ao meio ambiente. Esta tem sido a principal ênfase da investigação agrícola convencional, resultando disso muitas práticas e tecnologias que ajudam a reduzir os impactos negativos do modelo de desenvolvimento convencional na agricultura.

O segundo nível de transição refere-se à substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas. A meta seria a substituição de insumos e práticas intensivas em capitais, contaminantes e degradadores do meio ambiente

por outras mais benignas sob o ponto de vista ecológico. Neste nível, a estrutura básica do agroecossistema seria pouco alterada, podendo ocorrer, então, problemas não similares aos que se verificam nos sistemas convencionais.

O terceiro e mais complexo nível da transição é representado pelo redesenho dos agroecossistemas, para que estes funcionem com base em novos conjuntos de processos ecológicos. Neste caso, buscaria-se eliminar as causas daqueles problemas que não foram resolvidos nos dois níveis anteriores. Em termos de investigação, já foram feitos bons trabalhos em relação à transição do primeiro para o segundo nível. Porém estão recém começando os trabalhos para a transição ao terceiro nível, quando se estaria mais próximo de estilos de agriculturas sustentáveis.

2.1 Problemática da Pesquisa

No presente estudo, a relação ocorre direto com a agricultura familiar. A princípio, a pesquisa pode transparecer como algo que possa colocar em dúvida o potencial existente nesse segmento social produtivo. Contudo, não há dúvidas quanto ao seu potencial, pois o que se busca são caminhos com vias mais transparentes e reais em benefício do projeto de desenvolvimento sustentável desses agricultores.

Este estudo insere-se num esforço de pesquisa que busca compreender as diferenças sociais e econômicas existentes entre esses agricultores familiares, oriundos do Programa Nacional de Reforma Agrária, e integrantes do conjunto de agricultores atualmente definidos e caracterizados como agricultores familiares.

Com a identificação dos motivos da discrepância existente nessas comunidades, passa-se à ter a perspectiva de fortalecimento do desejo de mudança do projeto de desenvolvimento em ação. Aqui reside a importância deste trabalho. Pois impulsiona o Estado a ser o responsável maior pelas mudanças desejadas pelas comunidades, considerando objetivamente as duas dimensões afetadas, a social e a econômico.

O esforço desta pesquisa, está na condução do processo de percepção do sucesso e/ou insucesso existente nos assentamentos em estudo e da caracterização de suas causas, já que os efeitos estão presentes. Para tanto buscou-se como referencial teórico o roteiro de indicadores para avaliação de sustentabilidade, desenvolvido por DEPONTI, C.M., ALMEIDA, J.

O que se busca, é uma explicação para a causa das diferenças sociais e econômicas existentes nesses dois assentamentos. E dessa forma contribuir com às pesquisas sobre essa temática, apresentando as variáveis que limitaram os avanços sociais e econômicos de um dos assentamentos, ao mesmo tempo a variável ou variáveis que oportunizou ou oportunizaram o avanço do outro.

Considera-se, no estudo, todas as variáveis possíveis, como: a localidade das duas comunidades próximas da sede do município; bom acesso; recebimento dos benefícios preconizados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, responsável pela execução desse programa em todo território nacional e juntamente as políticas públicas próprias do Estado e do Município.

Apresenta-se neste capítulo, os procedimentos adotados para o alcance dos objetivos propostos. As variáveis e o módulo operacional corresponderão a função pré-estabelecida de sistematizar o problema apresentado e doravante, estabelecer

associações e comparações de causa e efeito entre eles. De posse desse resultado, importa identificar as ações que possibilitaram a ocorrência das diferenças existentes entre as duas comunidades de assentados do Pedra Redonda e Cedro Jequitibá no município de Machadinho D'Oeste/RO.

O objetivo deste estudo passa também pela avaliação do desempenho da agricultura familiar nos dois assentamentos. Considerando o espaço temporal o ano de criação de cada assentamento, 1995 à 2004 para o Pedra Redonda e 1998 à 2004 para o Cedro Jequitibá. De posse das variáveis, concluir pela causa do sucesso e/ou insucesso dos assentamentos, apontar as causas e, ao mesmo tempo, apresentar as alternativas disponíveis para que as comunidades possam encontrar o caminho da sustentabilidade.

A agricultura familiar é o embrião que norteou os princípios da agricultura sustentável. Portanto, ALMEIDA e BRANDENBURG (1999), demonstram a necessidade da prática de um padrão alternativo ou agroecológico que expresse uma defesa contra processos dominantes de homogeneização técnica e, ao mesmo tempo uma construção de sujeitos idealizadores de novas relações sociais e ambientais.

2.2 População e amostra

Em maio de 2004, foi realizada a pesquisa de coleta de dados em fontes diversas, apoiando-se, simultaneamente, em abordagens quantitativa e qualitativa para a formação do banco de dados.

Os dados quantitativos foram organizados a partir do trabalho de campo com os assentados das duas comunidades no intervalo de tempo correspondente ao ano

de criação de cada assentamento até o ano de 2004. Ao concluir a aplicação de formulários estruturados no Pedra Redonda, iniciamos em seguida os trabalhos no Cedro Jequitibá.

Os elementos de construção dos instrumentos de pesquisa foram estruturados a partir do conhecimento prévio dos dois assentamentos no município de Machadinho D'Oeste, considerando as dimensões: social, econômica, cultural e ambiental, das duas comunidades.

Esta coleta de dados nos assentamentos foi realizada com a colaboração de um grupo de técnicos do Projeto Lumiar/INCRA, hoje denominado de Programa Nacional de Assessoria Técnica Social e Ambiental- ATES. Composta por uma equipe de seis profissionais, três com nível médio e três com nível superior, incluindo a supervisão do trabalho ao meu encargo.

O tamanho amostral para a população em estudo (n_0), obtida de acordo com a fórmula apresentada por Cochran (1977), foi determinada por:

$$n_0 = \frac{t_{\alpha/2} (C_v \%)^2}{(D\%)^2},$$

Onde: D% é a semi-amplitude do intervalo de confiança (10; 20; 30 e 40%) e t é o valor da tabela t de Student em nível α de probabilidade de erro. O coeficiente de variação (CV%), foi calculado pela fórmula:

$$C_v = \frac{100\sqrt{s^2}}{\bar{x}}$$

Onde: S^2 = é a variância e \bar{x} = média geral do experimento.

Como a população não pode ser considerada infinita e assim aplicou-se a correção para populações finitas conforme recomendação de Cochran (1977), a fim de se obter o tamanho final da amostra (n_f), pela fórmula:

$$n_f = \frac{n_0}{1 + \frac{n}{N}}$$

Portanto, o tamanho da amostra final, para análise e compreensão foi $n_f = 27$ elementos, sendo estratificados para os dois grupos de assentados, sendo Pedra Redonda (17) e Cedro Jequitibá (10). Foi necessário uma amostragem maior no Pedra Redonda, em decorrência da anormalidade do processo. Ou seja, o assentamento foi criado com 335 parcelas e foram assentadas apenas 153 famílias. As demais parcelas estão ocupadas de forma irregular.

Com a definição do número de famílias por assentamento a serem aplicados os formulários, definiu-se o sorteio, atendendo ao critério do número de linhas de cada assentamento, com a respectiva quantidade de lotes em cada uma delas, possibilitando assim, uma amostragem significativa de resultados.

Os dados secundários foram organizados através de fontes como Emater, Incra, Cooperativa Milênio – Prestadora de serviços do antigo Projeto Lumiar - Programa de Assessoria Técnica nos Assentamentos, hoje intitulado de ATES - Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, através dos relatórios mensais, trimestrais e anuais de atividades das equipes técnicas, bem como através dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA) e dados censitários de dezembro 2001.

Tabela 1-População e amostra utilizada na pesquisa

Assentamentos	Nº assentados	Nº Técnicos	Nº Autoridades
P. Redonda	17	06	02
C. Jequitibá	10		
Total	27	06	02

Fonte: Dados de Campo, 2004.

De posse dos dados coletados através de formulário fechado com 97 perguntas, sendo que cada pergunta continha de 1 a 9 subitens. Esses subitens foram tabulados de modo a facilitar o processo de análise dos dados primários.

A tabulação dos dados da pesquisa ocorreu separadamente entre os assentamentos Pedra Redonda e Cedro Jequitibá, como indicativo de melhor avaliação da evolução ocorrida entre as variáveis num período correspondente ao ano de criação do assentamento até 2004. O que foi constatado no resultado final da pesquisa.

A avaliação do comportamento histórico das variáveis e não apenas o seu grau de ocorrência, permite uma melhor evidência sobre as estratégias utilizadas, visto que, procurou-se avaliar o desempenho da agricultura familiar nos dois assentamentos aqui apresentados, a partir das variáveis estudadas e então concluir pela causa do sucesso ou insucesso dos assentamentos.

As principais variáveis utilizadas, com base nos dados obtidos junto aos assentados, foram a renda agrícola e não-agrícola, produtividade, arranjo produtivo, tipo de moradia, uso da água potável, alimentação predominante, satisfação do assentado, acesso ao crédito e assessoria técnica.

Apesar dos dados quantitativos, com base bastante ampla, considerou-se que a utilização da coleta de dados qualitativos enriqueceria o trabalho, permitindo maior dinâmica na pesquisa.

A busca por dados qualitativos ocorreram ao término da aplicação dos questionários estruturados. Então as entrevistas foram feitas a partir de um roteiro semi-estruturado de perguntas, com um caráter investigatório na coleta das informações. Foram selecionados 08 pessoas, dentre autoridades e técnicos, com

um conhecimento amplo das duas comunidades. Entre os técnicos entrevistados, não houve a participação da equipe técnica de busca de dados quantitativos.

2.3 Identificação dos arranjos produtivos

A identificação dos arranjos produtivos, foi verificada a partir dos dados levantados por meio das diversas fontes de pesquisa anteriormente citadas. Pois a utilização das técnicas qualitativas e quantitativas de coleta de dados, configurados nas entrevistas com formulários semi-estruturados e estruturados, está de acordo com a descrição do item 2.2 deste trabalho.

Na entrevista estruturada utilizou-se um questionário com 97 quesitos, cada um com seus sub-itens variando de 1 à 9. Neste questionário havia perguntas suficiente para, juntamente com os demais dados coletados, identificar os arranjos produtivos implantados, bem como, quantifica-los em cada assentamento. E sentir as condições sociais, econômicas, ambientais e c qualifica-los. O que representa a identificação das variáveis, capazes de permitir a definição da problemática da pesquisa.

2.4 Identificação dos descritores e indicadores da infra-estrutura econômica, social, cultural e ambiental.

A aplicação dos questionários resultou numa quantidade significativa de dados primários que somados aos dados secundários levantados nas mais diversas fontes bibliográficas, refletiram às informações necessárias para a definição dos indicadores, representantes das dimensões do desenvolvimento local, elementos utilizados como alternativa à problemática da pesquisa.

Os indicadores mostrarão as condições em que se encontram as dimensões e, conseqüentemente, o método utilizado, confirmará ou não as diferenças sociais, culturais, ambientais e econômicas.

A análise dos dados coletados, após a sistematização, sugeriu os seguintes indicadores: renda, valor agregado, escolaridade, faixa etária, localização dos assentamentos, acesso, reconcentração de lotes, saúde, habitação, naturalidade de cada família e meio ambiente.

Com o surgimento desses indicadores, resultantes do trabalho de coleta dos dados primários e secundários, buscou-se o referencial de descritores e indicadores de DEPONTI, C. M., ALMEIDA, J., como o método em uso. Anteriormente citado no item 2.1 deste capítulo.

O potencial de cada assentamento foi medido pela desenvoltura de cada dimensão com seus respectivos indicadores ajustados às necessidades do ambiente, respeitando a complexidade presente em cada segmento relacionado com a comunidade.

A dimensão ética faz parte da proposta, está subtendida como necessária, sobrepondo-se às demais em importância pelo seu conteúdo moral que age de forma transversal sobre o conjunto. Com suas propriedades essencialmente subjetivas, com ações tangíveis e intangíveis, o que impossibilita uma avaliação em valores numéricos. Porém é fundamental para o sucesso do empreendimento.

Assim sendo, pode-se dizer serem cinco as dimensões consideradas, porém apenas quatro possíveis de avaliação numérica. As quatro dimensões somam 10 pontos na avaliação final, cada dimensão está representada um valor de acordo com a importância para a comunidade. Havendo uma variação entre os valores dos indicadores e dimensões.

A dimensão econômica apresenta seis indicadores. E seus valores são definidos conforme sua importância na comunidade. Nesse caso, os indicadores identificados terão os seguintes valores: valor agregado = 0,50 - renda agrícola e não agrícola = 0,50 – relação entre dívida e patrimônio = 0,50 – percentual de renda por diferentes atividades e produtos do sistema = 0,50 – variação aos preços pagos aos produtos 0,50 – percentual de produção total destinado ao consumo e excedente comercializado = 0,50.

A dimensão social contempla seis indicadores, que terão seus valores de acordo com a sua importância na comunidade. São esses os valores de cada: número de mulheres, jovens e crianças = 0,80 – moradia, educação, saúde, cultura e lazer = 0,80 – número de associações e demais núcleos organizados = 0,80 e número de agricultores integrados a agroindústria = 0,60.

A dimensão cultural, apresenta dois indicadores, com valores estabelecidos de acordo com a sua interferência na comunidade. O indicador representado pelo número de eventos culturais e de famílias envolvidas = 0,50 e o número de famílias que participam de grupos organizados com alcance além do assentamento, como os conselhos municipais, estaduais, casas legislativas e poder executivo = 0,50.

A dimensão ambiental, apresenta quatro indicadores, com seus respectivos valores. O primeiro indicador qualificado como número de eventos e de participantes = 0,80; número de sistemas agroflorestais implantados e número de espécies = 0,70; percentual de insumos externos na produção = 0,80 e percentual de área protegida com mata ciliar e nascentes = 0,70.

A escala de avaliação constará as classificações: ÓTIMO = de 08 pontos acima; BOM = de 07 pontos acima; REGULAR de 5 pontos acima; INSUFICIENTE = variação abaixo de 05 pontos.

Para definição do valor agregado a renda agrícola e não agrícola, que refere-se a dimensão econômica, foram utilizadas as respectivas fórmulas: $RA = VA - DVA$ e o valor agregado $VA = PB - CI - D$, com a definição de cada termo: Renda Agrícola ou não agrícola (RA) representa a parte do valor agregado que fica com o agricultor para remunerar o trabalho familiar e aumentar seu patrimônio.

Valor Agregado (VA) é uma medida de resultado econômico que avalia a atividade produtiva da unidade de produção, independentemente se o agricultor é proprietário ou não da totalidade dos meios (trabalho, terra e capital) utilizados no processo de produção. O VA mede, especificamente, o valor novo gerado pela unidade de produção durante um ano.

Produto Bruto (PB) representa o valor da produção gerada, durante o ano, exclusivamente pela unidade de produção. Compõem o PB somente o valor dos produtos e serviços finais, tais como: a produção vendida, a produção consumida pela família, a produção estocada; a produção destinada ao pagamento dos serviços de terceiros, a variação do rebanho animal e a remuneração de serviços de prestados para terceiros pela mão-de-obra familiar.

Consumo Intermediário (CI) representa o valor dos insumos e serviços destinados ao processo de produção adquiridos de outros agentes econômicos (energia, sementes, fertilizantes, corretivos e alimentação animal) que não são integralmente consumidos no decorrer de um ciclo produtivo.

Depreciação (D) ou Consumo de Capital Fixo corresponde a fração do valor dos meios de produção adquiridos de outros agentes (máquinas, equipamentos) que não são integralmente consumidos no decorrer de um ciclo produtivo.

A depreciação acima referida são dos bens que se desgastam e, por isso, perdem progressivamente o valor nos diferentes processos de produção dos quais

participam ou por obsolescência. Devidos a estas características, uma fração de valor destes bens é subtraída a cada ano, do valor dos produtos durante a vida útil dos mesmos.

2.5 A Construção dos Indicadores

As dimensões utilizadas para a avaliação do desenvolvimento dos assentamentos, referem-se a ambiental, social, cultural e econômica. Originárias do sistema definido por DEPONTI, C. M., ALMEIDA, J., 2002.

Com esta definição prévia de uso do método de descritores e indicadores da infra-estrutura social, econômica, cultural e ambiental, foram identificados pela pesquisa os indicadores correspondentes, ligados diretamente a vivência dessas comunidades em seus respectivos campos de trabalhos, agindo e recebendo as ações e reações típicas de cada realidade.

Tabela 2 - Os Descritores e Indicadores da Infra-estrutura Social, Econômica, Cultural e Ambiental

DESCRITORES	INDICADORES
DIMENSÃO ECONÔMICA	
Agregação de valor	Valor agregado
Capacidade de reprodução	Renda agrícola Nível de reprodução social
Grau de endividamento	Relação entre dívida e patrimônio
Diversidade da atividade produtiva	Percentual de renda total obtida em diferentes atividades e produtos do sistema
Estabilidade dos preços	Variação dos preços pagos aos produtos
Dinâmica econômica local	Percentual de produção total destinado ao consumo e percentual de excedentes comercializados

Tabela 2
 Descritores e Indicadores da Infra-Estrutura Social, Econômica, Cultural e Ambiental
 (CONTINUAÇÃO)

DIMENSÃO SOCIAL	
Caracterização da população no assentamento	Nº de mulheres, homens, idosos, crianças e jovens. Identificação da presença por origem étnica ou cor
Qualidade de vida	Moradia, educação, saúde, cultura e lazer
Organização	Numero de associações, nº de cooperativas, nº de núcleos organizados e grau de auto-gestão
Integração a Agroindústria	Nº de agricultores integrados

DIMENSÃO CULTURAL	
Diversidade cultura	Nº de eventos culturais (folclóricas, religiosas e outras). % da população envolvido em atividades culturais
Participação e cidadania	Nº de famílias que participam de núcleos e grupos organizados, percentual de assentados nos conselhos municipais e câmaras de vereadores e existência de processos de formação de lideranças Nº, tipo e frequência de cursos de capacitação
Processo de educação permanente – educação ambiental	Nº de participantes em eventos e nº de eventos educativos

DIMENSÃO AMBIENTAL	
Grau e manutenção de biodiversidade	Nº de cultivos, número de rotação de cultivos e número de espécies. Atividades exercidas pelas mulheres e comunidades tradicionais na preservação da biodiversidade.
Grau de dependência de insumos externos	Percentual de insumos externos na produção
Impactos em outros sistemas	Destino dos efluentes líquidos e sólidos. Percentual de reciclagem e reaproveitamento
Proteção do solo	Área com conservação de solo, área com adubação verde, área erodida (ha)
Cumprimentos de condicionantes do Licenciamento Ambiental	Nº de condicionantes cumpridas

Fonte: DEPONTI, C. M., ALMEIDA, J., 2002.

CAPITULO 3

A Agricultura Familiar no Brasil

A problematização da pesquisa, focada na disparidade social e econômica entre as duas comunidades de agricultores familiares oriundos da reforma agrária, não invalida a confiança no projeto de vida da agricultura familiar. Porém, sugere à reflexão do Estado brasileiro quanto ao tratamento dispensado à esse segmento social no decorrer dos séculos de formação dessa classe de trabalhadores.

As variadas denominações desse grupo social ocorre quase sempre pelo fato da categoria está associada às lutas de classe em diversos períodos da história do país. Após o golpe militar, são criadas duas categorias de enquadramento sindical no campo. Uma constituída pelos sindicatos de trabalhadores rurais, envolvendo os agricultores familiares, enquanto o sindicato rural está em defesa dos interesses da agropecuária ou da classe patronal.

A denominação agricultores familiares surgiu nos anos 90, após várias discussões no meio político, juntamente com o movimento sindical, vinculado a CUT com o irrestrito apoio da academia.

Havia necessidade da decisão política da expressão unificada “agricultura familiar” para esse conjunto de pequenos agricultores. Pois, já se tinha em mente a

oportunidade de implementação do primeiro programa nacional de crédito rural para esses agricultores.

Ainda nos anos 90, ocorre, pela primeira vez na história brasileira, a abertura da discussão dessa proposta de política pública envolvendo o crédito rural, a fim de atender especificamente esse segmento social tão injustiçado ao longo dos anos, embora responsável por uma razoável fatia da produção nacional.

Com essa política pública de crédito implantada, denominada de Pronaf, inicia-se uma nova fase no rural brasileiro, os agricultores familiares começam a se fortalecerem. Embora quase sempre tendo que enfrentar os poderosos da agricultura patronal, com todo seu aparato econômico, social e político. Confunde-se essa categoria com a elite brasileira recheada com o utópico coronelismo.

Com o aporte de tantos dados relevantes consignados aos agricultoras familiares, indaga-se: será que este segmento social composto por pequenos agricultores e produtoras rurais: proprietários, meeiros, arrendatários e bóias frias, estão de fato despertando do pesadelo em que vivem há séculos ou é apenas uma pausa permitida pelas elites ao longo processo de escravidão e injustiças sociais a essa gente?

Essa força opressora tem relegado uma grande massa de trabalhadores, em especial aos agricultores(as) familiares, de quaisquer tipos de políticas públicas que favoreçam a sua permanência digna na terra. Esses registros sinistros provocam o êxodo rural, a pobreza, a fome e as violências urbana e rural.

Estas são as conseqüências de um modelo de desenvolvimento egoísta, autoritário e que não respeita o trabalhador, recapitulando sempre o período da escravidão com práticas requintadas e sutis. Nos dias atuais, não é possível

permanecer na obscuridade o grandioso papel da agricultura familiar. Com toda sua capacidade intrínseca na promoção do desenvolvimento sustentável.

Numa análise mais ampla das atuais circunstâncias envolvendo o conjunto de agricultores e agricultoras familiares, conclui-se pela existência efetiva de uma conjuntura favorável. No atual contexto, existe uma consciência maior por parte dos explorados ou açambarcados e por isso se organizam melhor para participarem efetivamente das políticas públicas.

Mais recentemente, na construção do II Plano Nacional de Reforma Agrária, foi possível constatar a participação efetiva da sociedade na elaboração dessa política pública de imenso interesse social.

Considerando esses fatos históricos que tem apresentado uma reação positiva na sociedade e repercutido positivamente na consolidação do processo democrático, percebe-se que o poder público aponta para uma nova era, após décadas de constatações evidentes dos efeitos maléficos provocados pela falta de proximidade entre o Estado e o pequenos agricultores.

Será que está sendo afastado efetivamente o pesadelo que sempre acompanhou os agricultores (as) familiares desde o berço? Sabe-se que a influência dos açambarcadores permanece no poder, impedindo a evolução mais rápida da ocupação do espaço devido à esses trabalhadores, que com seu potencial intrínseco reproduz-se num modelo de produção versátil e nobre.

A agricultura patronal permanece com um modelo de desenvolvimento tecnológico lucrativo em tese. Direcionado ao uso extensivo da monocultura sem considerar as dimensões social e ambiental, não garante a sustentabilidade dos projetos de investimentos e vem, ao longo das décadas, comprometendo a coletividade com a qualidade da produção, uso inadequado do solo e da água.

A exemplo do que ocorre no mundo ocidental, já comprovado através de diagnósticos técnicos, estão os malefícios que acompanham essas transformações oriundas desse modelo de desenvolvimento. Caracteriza-se como excludente, provoca a diminuição abrupta das populações rurais, causa prejuízos ambientais incalculáveis aos ecossistemas naturais e elimina as propriedades físicas e químicas do solo. Essas características são as responsáveis pela dependência atual dos subsídios como forma de sobrevivência daqueles agricultores.

De posse das tecnologias de ponta a produtividade desse modelo de desenvolvimento, não tem sido capaz de alimentar sequer parte daquela população que sofre com a fome. Os produtos desses países, atualmente, sequer concorrem comercialmente com os produtos da América Latina, o que leva aqueles governos a aplicação permanente dos subsídios.

As práticas do sistema capitalista, ao longo dos anos, esconde o lado prático dos resultados desejados pela sociedade e protela através da mídia e das políticas públicas melhores oportunidades aos agricultores familiares e consumidores.

Obviamente, ultimamente não tem sido tarefa muito fácil esconder mazelas. Neste aspecto a globalização veio contribuir na comunicação e integração entre os povos, levando conhecimentos e apresentando os pontos caóticos instalados pelos atuais sistemas esquecidos do bom uso da ética.

Apesar do avanço tecnológico daqueles países que insistem com o modelo de desenvolvimento com foco apenas econômico, há um paradoxo situacional, em que suas comunidades rurais não têm encontrado a própria independência e vivem as expensas da máquina governamental.

Para ilustrar melhor a situação de dependência, em 1992; os países desenvolvidos concederam aos seus agricultores subsídios equivalente ao montante

US\$ 356 bilhões de dólares. Nesse mesmo ano, a dívida externa dos 33 países latinos e Caribe era de 418 bilhões de dólares (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO, 1996).

O fato é que os altos subsídios que muitos entendem como ações generosas dos países ricos a sua gente, representam efetivamente um modelo de desenvolvimento equivocado, ancorado num pacote tecnológico denominado de "revolução verde". Já questionado por essas evidências nas últimas décadas.

A agricultura familiar, no Brasil, corresponde a 85,2% dos estabelecimentos rurais, ocupando apenas 30,5% da área total destinada à produção rural. E contribuindo com 39,5% do valor bruto da produção agropecuária (VBP) nacional. Entretanto recebe apenas 25,3% do financiamento total destinado a agricultura (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO, 2000).

Tabela 3 - Comparativo Entre os Modelos Patronal e Familiar de Agricultura

Modelo Patronal	Modelo Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo direto com o proprietário
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de tempo e de momento	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo

FAO/INCRA, 1995

A tabela de nº 3 nos apresenta alguns dados fundamentais que estabelecem parâmetros significativos de valorização nas atribuições sociais e econômicas do segmento social denominado de agricultura familiar. Este segmento social influencia diretamente o setor, como agente de mudança e transformação social, considerando as dimensões: social, ambiental, cultural e econômica do meio rural.

O modelo de agricultura denominada patronal, caracterizado pelo latifúndio e monocultura, tem suas características como: decisões centralizadas, práticas agrícolas padronizadas com base no trabalho assalariado e a gestão separada do trabalho. A preocupação é o sucesso da agricultura familiar que ameaça o seu futuro. Já que, para produzir a agricultura patronal, depende diretamente da mão-de-obra destes pequenos agricultores. Essa é a razão permanente dos entraves sofridos pelo programa de reforma agrária dos primórdios da colonização aos dias atuais.

Até meados do século XX, a economia brasileira era de base agrária exportadora. Os principais produtos exportados eram: açúcar, café, algodão e cacau. Esses produtos eram controlados pelos grandes proprietários de terra.

Não se pode esquecer que, o modelo agrícola da grande propriedade gera impactos sociais profundos, que os benefícios do crescimento econômico acabam redundando, ao longo dos anos, em prejuízo social à maioria.

Sem esquecer os prejuízos ambientais gerados por esse modelo de desenvolvimento com base na “revolução verde”, contestado há décadas pelo primeiro mundo, onde foi originado. Além dos malefícios que estabelece a concentração de renda, eleva a pobreza e a miséria no mundo.

Vivendo nesse antagonismo há anos, paralelamente se constrói a história da agricultura familiar no Brasil desde a colonização. Coexistindo de forma periférica

com o modelo exportador, segue essa categoria de agricultores bastante heterogênea, de acordo com as características de cada região.

Enquanto as grandes propriedades foram terras doadas a reduzidos grupos de senhores, as pequenas propriedades ocuparam pequenos pedaços de terras no interior de grandes fazendas ou em áreas de pouco interesse econômico.

O índio aculturado, negros fugidos ou libertos e uma camada de europeus que não recebiam favores da metrópole foram os responsáveis pela implantação desse modelo de desenvolvimento na agricultura que, ao contrário do modelo exportador, produziam alimentos para a comunidade local.

A agricultura familiar é realizada por agricultores que trabalham na terra com sua família para gerar produtos alimentares para sua sobrevivência, seja para venda ou troca. Esses agricultores podem dedicar-se a outras atividades não-agrícolas, complementando suas necessidades.

Quanto a organização do Estado em benefício da agricultura familiar, a situação se apresenta em estado primário, pois muitas vezes o espaço na área de crédito e outros benefícios garantidos por lei são negados, enquanto as facilidades para os latifundiários são visíveis.

A produção diversificada dos agricultores familiares, geralmente feita de forma artesanal e quase sempre para uso do mercado interno, não representava até recentemente quase nenhuma importância comercial e, conseqüentemente, nenhuma prioridade na visibilidade das políticas públicas. O que vem mudando desde os anos 90.

Talvez, o país esteja despertando para a realidade que representa os agricultores familiares no processo de desenvolvimento do país. Onde os proprietários, posseiros, meeiros, arrendatários, empregados rurais e “bóias frias”, ao

longo dos anos, têm sofrido a pressão dos grupos dominadores, dos latifundiários que detêm o poder político e mantêm represália ao processo de Reforma Agrária.

Hoje, numa conjuntura diferenciada, a expressão agricultura familiar surge atrelada à necessidade do desenvolvimento sustentável, pois não basta apenas crescer economicamente, mas propiciar também a riqueza, o conhecimento, o poder e a capacidade de influenciar as tomadas de decisões.

Ao creditar à Agricultura Familiar, o papel de indutora do desenvolvimento rural sustentável, responsável por mais da metade dos alimentos consumidos no dia a dia dos brasileiros, grande gerador de emprego e renda. Nada mais justo e melhor que a inserção desses agricultores em políticas públicas específicos.

3.1 A Política Agrícola da Agricultura Familiar no Brasil

O percurso desta política perfaz a trajetória das dificuldades enfrentadas no setor agrário com a predominância do latifúndio. A política agrícola de crédito rural nunca antes foi direcionada aos pequenos agricultores, já que o crédito a esses representavam quase sempre as sobras dos recursos direcionados aos grandes proprietários.

Quando muito, os recursos estavam direcionados ao interesses do governo no aumento da produção de cestas básicas aos brasileiros. Que não sendo de interesse dos agricultores patronais, a oferta do crédito chegava aos pequenos agricultores para custeio ou investimento nas culturas do arroz, milho, feijão e mandioca.

A partir de 1985, foi implantada a primeira política de crédito para os agricultores familiares oriundos da Reforma Agrária. O primeiro programa com alcance exclusivo para os pequenos agricultores. Foi denominado de Programa Especial de Crédito à Reforma Agrária – PROCERA (VENTURA e GANDRA, 2006)

Essa linha de crédito especial apesar de restrita, foi de grande importância na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários da reforma agrária. Veio oportunizar com mais rapidez a implantação de seus projetos de investimento. Representando uma conquista dessa parcela de agricultores.

Não era a política de crédito desejada pelos movimentos sociais, pois foi bastante restritiva, uma vez que atendia apenas uma minoria de pequenos agricultores oriundos da reforma agrária. Limitava bastante, ao ponto de criar dificuldades para os técnicos da extensão rural e do INCRA.

Era comum agricultores familiares regularizados pelo INCRA em área de terras vizinhas aos assentamentos, em condições sociais e econômicas iguais ou piores que os assentados, reivindicarem esses financiamentos, sem sucesso. A legislação não permitia.

Nos anos 90, o Estado brasileiro define ampliar o crédito rural com a criação de linhas de créditos específicos, não mais apenas para os beneficiários da reforma agrária, mas atendendo a todo segmento da agricultura familiar.

Em 28 de junho de 1996, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), dos fundos constitucionais de desenvolvimento (FNO, FNE e FCE) e da exigibilidade bancária, foi institucionalizado, através de Decreto Presidencial, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Inicialmente sua implementação ocorreu em quatro linhas de ações: A negociação de Políticas Públicas com Órgãos Setoriais; o financiamento da Produção Familiar; a profissionalização de Agricultores Familiares e Infra-estrutura de Apoio aos Municípios.

Essa política de crédito, considerando o estudo do Incra/FAO de caracterização do agricultor familiar, definiu como sendo os beneficiários do crédito PRONAF todos os agricultores enquadrados nos seguintes pontos essenciais: a administração da pequena propriedade é feita pelo produtor, com a representação máxima de um empregado permanente e um número médio de empregados temporários, menor ou igual a quatro.

Em 1999, a linha de crédito Pronaf sai da esfera do Ministério da Agricultura e Abastecimento para o Gabinete do Ministério Extraordinário de Política Fundiária-MEPF. Com esta mudança, o programa ganha mais força política na implementação de suas ações e aproxima-se de sua clientela.

Num esforço continuado dos movimentos sociais, em 14 de janeiro de 2000, cria-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com sua estrutura regimental regulamentada conforme Decreto nº 3.338, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2000, assumindo todas as atribuições do Ministério Extraordinário de Política Fundiária.

Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e conseqüente surgimento da Secretaria da Agricultura Familiar - SAF na estrutura do próprio ministério, os avanços são consideráveis.

As conquistas alcançadas decorrem da vontade política do momento. Haja vista que as ameaças de núcleos políticos e econômicos, defensores do modelo de

agricultura patronal, foram aos jornais e as tribunas com seus protestos de embargo como outrora.

As organizações sociais, como Contag, MST e MPA foram importantes na decisão política da criação do novo ministério. Há décadas, os movimentos sociais estão engajados na luta com o objetivo da conquista e implementação de suas políticas com o desenho do modelo alternativo de desenvolvimento.

Entende-se que no momento, inicia-se as conquistas que efetivamente venham consolidar mais tarde uma matriz alternativa de desenvolvimento para o rural brasileiro. A fim de afastar o sombrio quadro implementado pelo modelo desenvolvimentista com base na “revolução verde”.

A política do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da SAF e sua equipe técnica, tem feito, nestes poucos anos, um grande esforço para o rompimento dos gargalos desse segmento social. Tendo como estratégia o debate e a discussão com toda comunidade interessada, a fim de construir uma melhor compreensão do novo caminho mais promissor, fraterno, justo e harmonioso.

A relação das pequenas conquistas da agricultura familiar vem se ampliando desde a última década, graças ao esforço valoroso dos movimentos sociais organizados em todo país e o despertar de toda sociedade que, mais esclarecida, reivindica seus direitos como cidadãos.

3.2 A Colonização e a Agricultura Familiar em Rondônia

O processo de colonização no Brasil ao longo dos anos, abrangeu três grandes fases: a primeira, com início nas migrações em 1822 até 1930; a segunda

se estende dos anos 30 até 1970. E a terceira se estende dos anos 70 até meados da década de 80 (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA,1997).

Na primeira fase (1822/1889) tivemos o período da monarquia e na sequência o início da república (1889/1930). Ambas pretendiam atender às necessidades de mão-de-obra da lavoura grande e a implantação de pequenas propriedades agrícolas.

Na primeira fase, denominada de colonização, houve a necessidade efetiva da participação dos estrangeiros que se verificou especialmente no sul do país. Chegando-se a receber no período de 1887/1934, aproximadamente, quatro milhões de pessoas de vários países da Europa e Ásia, sendo um grande percentual destinado ao estado de São Paulo (MINISTERIO EXTRAORDINARIO DA POLITICA FUNDIARIA, 1997).

Já na segunda metade da década de 20, passou a predominar no país a migração brasileira, iniciando outro estágio de povoamento e colonização. Na década seguinte, essas migrações suplantaram a imigração estrangeira como fonte de mão-de-obra para expansão das atividades econômicas, ocorrendo grande fluxo migratório de população, principalmente, para o sudeste e sul, onde se desenvolviam os grandes centros urbanos com as indústrias e as grandes áreas de fronteiras agrícolas(MINISTERIO EXTRAORDINARIO DA POLITICA FUNDIARIA, 1997).

Esse fluxo de deslocamento populacional se manteve até o ano 1970 e os registros nos mostram que as áreas que mais receberam migrantes foram: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e toda região centro-oeste.

Os anos 70 tiveram como marco a transformação da Amazônia como nova fronteira agrícola ou nova área de expansão do país. A Amazônia foi inserida na pauta nacional com a perspectiva de integrar para não entregar, abastecida com os recursos financeiros destinados ao programa PIN e ao Programa de Redistribuição de Terras e Apoio à Agroindústria do Norte e Nordeste brasileiro, através do programa do governo federal denominado Proterra.

Os dois programas PIN e Proterra tinham como objetivos promover o desenvolvimento espacial integrado entre as duas regiões, combinando fatores como o baixo nível de renda, o problema climático (seca) do nordeste, a baixa densidade demográfica, o potencial hídrico e oferta de terra do norte.

Os recursos do PIN foram destinados a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá/Santarém, que asseguraram à colonização ao longo dessas vias.

Na década de 70, a colonização no Território Federal de Rondônia teve início com a implantação dos projetos: Ouro Preto, Gy-Paraná, Paulo de Assis Ribeiro, Burareiro, Marechal Dutra e Padre Adolpho Rohl. Esses projetos corresponderam ao atendimento de 21.965 famílias na terra, enquanto centenas de outras famílias as acompanharam na esperança de vida nova no campo ou na cidade.

No campo, a esperança era a criação de novos projetos de assentamentos. Na cidade a perspectiva de futuro era o surgimento de novas vilas e cidades, a partir da criação dos assentamentos.

Para atender essas famílias, um volume considerável de recursos foram aplicados, principalmente, nas áreas de recursos humanos, abertura de estradas, construção de escolas e posto de saúde. A mudança foi tamanha que provocou no

Governo Federal, juntamente com o Congresso Nacional, a vontade política de elevar o território a categoria de Estado em 1981.

O programa de colonização do Território Federal de Rondônia, a partir dos 7 projetos de colonização citados na tabela de nº 4, transformou-se em pólo de atração de migrantes de todas as regiões do país. A maioria buscavam a terra e outros pretendiam expandir seus negócios nos espaços urbanos que surgiam.

Tabela 4 - Informações gerais do programa de colonização oficial em Rondônia

Projetos de colonização	Ano criação	Área (há)	Nº Famílias	Forma de Aquisição	Localização
Pic-Ouro Preto	19.06.70	512.585,5760	5.164	Arrecadação Sumária	Ouro Preto D'Oeste, Nova União, Vale do Paraíso, Ji-Paraná e Teixeropolis
Pic-Gy-Paraná	16.06.72	486.137,3097	3.786	Arrecadação Sumária	Cacoal, Rolim de Moura, Primavera e Santa Luzia
Pic-Paulo de Assis Ribeiro	04.10.73	293.580,0000	3.106	Arrecadação Sumária	Colorado, cerejeiras, Cabixi e Corumbiara
Pic-Padre Adolpho Rohl	20.11.75	407.219,0000	3.786	Arrecadação Sumária	Theobroma e Vale do Paraíso.
Pad.Burareiro	21.0.74	314.962,6023	1.556	Desapropriação Decreto 75.281 Em:23.01.75	Ariquemes, Cacaulândia, Rio Crespo, Campo Novo e Monte Negro.
Pad. Marechal Dutra	06.09.78	501.314,5760	4.667	Desapropriação Decreto 75.281 Em: 23.01.75	Monte Negro, Rio Crespo e Alto Paraíso.
Total de famílias assentadas no período da colonização			22.067	-	-

Fonte: Divisão Operacional/SR17/RO.

A colonização de Rondônia, a partir dos anos 70, teve uma grande movimentação que repercutiu em todo país, atraindo migrantes de todas as regiões. Embora em condições de clima e solo bem diferente de suas regiões de origem, a disposição dos migrantes em desbravar era tamanha, tal qual, a esperança em melhorar de vida.

De forma ágil, foi-se instalando uma nova ordem fundiária e social no então Território Federal com apenas três municípios. Em 11 de outubro de 1977, através do decreto lei nº 6.448, foram criados nove municípios, impulsionados pela bem sucedido programa de colonização.

Com a nova ordem político-administrativa, o então Território Federal continua a receber imigrantes, influenciando ainda mais o dinamismo sócio-econômico já estabelecido ao longo da BR 364 e dá-se início a irradiação dos imigrantes para fora do eixo desta BR.

Toda essa dinâmica estabelecida nesse período de colonização era assegurada pelo Governo Federal que não economizou esforços e recursos financeiros a fim de estabelecer as estruturas físicas necessárias à expansão da produção agropecuária e extrativista. Sem esquecer o papel da extração da madeira que, muito contribui, na implementação econômica e social do Estado.

Em 1979/80, o INCRA, buscou dá continuidade ao processo de colonização que vinha desafogando as pressões sociais dos movimentos organizados no sul e sudoeste do país que reivindicavam terras. Cria-se novas perspectivas na criação de novos projetos de assentamentos, amparados com o apoio financeiro externo, através de contrato firmado em 1983, com o Banco Mundial.

Com esses recursos, fica definido para o Estado de Rondônia a implementação de novos projetos de colonização, no âmbito do Polonoroeste,

através dos quais foram aplicados US\$ 240 milhões na malha rodoviária, US\$ 67 milhões em desenvolvimento agrícola e proteção ambiental, US\$ 13 na área da saúde e US\$ 65,2 milhões na implantação dos novos projetos de assentamentos.

Com os novos assentamentos: Urupá, Machadinho, Cujubim e Bom Princípio. Além de uma verba suplementar de 31 milhões para uso em projetos de desenvolvimento rural, que foram aplicados exclusivamente na criação dos 23 Nuares, que na sua maioria, representam hoje áreas urbanas de novos municípios.

Já no final da fase áurea² da colonização, o INCRA, com poucos recursos e muita pressão social, adota, nos anos 80, a modalidade de assentamento rápido, que poderia ocorrer em área arrecadada ou desapropriada. Nesse modelo de assentamento, o INCRA ficou responsável apenas pela topografia da área e regularização das famílias na mesma.

Enquanto que as demais ações de apoio à produção, como as estradas, educação, saúde e ação social, passou para a responsabilidade do Estado e dos municípios. O que reduziu de forma considerável os custos inicialmente previsto para o INCRA, possibilitando beneficiar um número maior de famílias .

Com os recursos do Banco Mundial a partir de 1982, o INCRA retoma as diretrizes do trabalho de implantação de novos assentamentos com base no modelo já conhecido. Inclusive, respondendo por toda a infra-estrutura necessária aos assentamentos nos moldes dos projetos de colonização.

Com a retomada dos trabalhos programados com esses novos recursos relacionados ao assentamento de novas famílias, estabeleceu-se uma vazão considerável às pressões sociais acumuladas ao longo desses anos, considerando o

² O período compreendido entre o ano de 1980 à 1983, em que foi comemorado pela população os grandes projetos de abertura de estradas, energia elétrica e início do asfaltamento da Br 364.

período correspondente ao último projeto de colonização implantado, no ano 1975, e ao primeiro assentamento criado em 1982, denominado Machadinho.

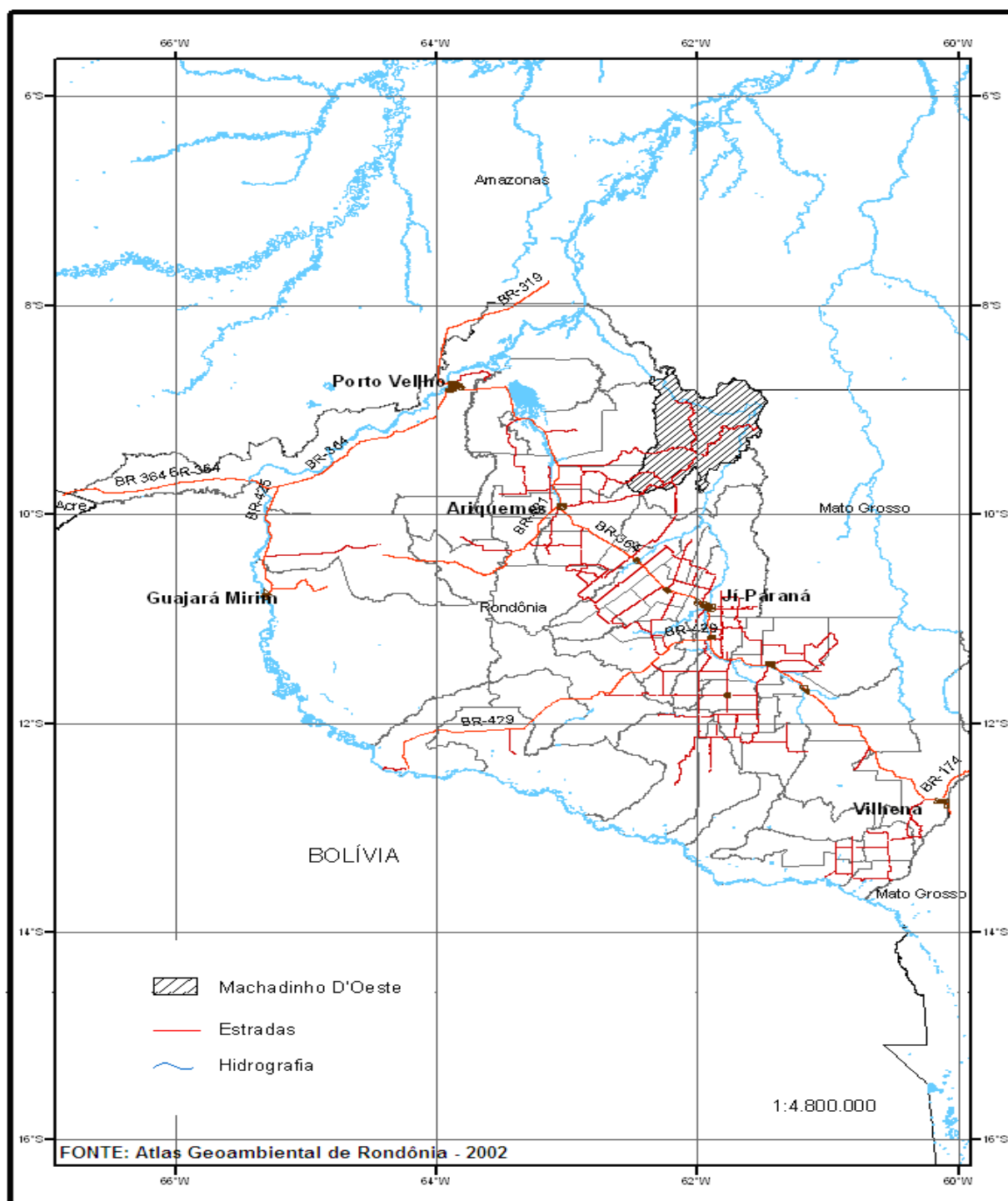
3.3 A Agricultura Familiar em Machadinho D'Oeste

Como foi visto anteriormente o município de Machadinho D'Oeste surgiu a partir da decisão do Governo Federal em dar continuidade a ocupação da Amazônia ao mesmo tempo que promovia a redução da efervescência dos movimentos sociais locais em busca de terras.

O nome do Projeto “Assentamento Machadinho” surgiu em homenagem ao rio machadinho, afluente do rio machado e formador de uma das sub-bacias. O projeto previa, inicialmente, o assentamento de 5.000 mil famílias, mas foi reduzido, posteriormente, para apenas 2.939 famílias.

Esta redução atendeu ao posicionamento dos ambientalistas, preocupados com o uso daqueles solos de baixa fertilidade. Posteriormente esse posicionamento foi contrariado em função das ocupações espontâneas dessas áreas, obrigando o INCRA a regularizar essas famílias com a criação de vários novos assentamentos conforme apresenta a tabela nº 5.

Figura 1 - Mapa do Estado Situando o Município de Machadinho D'Oeste.



Com o projeto de assentamento Machadinho, iniciou-se uma nova fase de ocupação desta fronteira, já que o último projeto integrado de colonização havia sido criado em 1975 – Pic Padre Adolpho Rohl. Essa nova etapa de ocupação física do

Estado de Rondônia, veio contrariar os grupos ambientalistas, que a princípio convenceu ao INCRA, porém não foi possível conter as ocupações espontâneas.

Com essa retomada de colonização da Amazônia, ocorre o desaparecimento da nomenclatura: “Projetos Integrados de Colonização”, surge outra “Projetos de Assentamentos”. Atendendo o primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária. Muito embora, tenha alterado tão só a nomenclatura, pois toda metodologia aplicada correspondia a utilizada, para a criação dos Projeto Integrado de Colonização.

Em geral a forma como a agricultura familiar se organiza no município de Machadinho D'Oeste, em especial onde estão situados os dois assentamentos em estudo, é uma forma de produção baseada no trabalho familiar, integrado aos mercados.

A diversidade existente na produção é originária do modelo de agricultura desenvolvido por esses agricultores, que vem se mantendo na terra por esforços próprios e empreendendo na busca de novas alternativas sustentáveis.

Este município apresenta um número relativamente grande de agricultores familiares, na sua maioria provindos do programa nacional de reforma agrária, representando uma somatória de 7.381 famílias, localizadas nos 13 assentamentos.

Um dos assentamentos está localizado na reserva extrativista que define um perfil diferenciado de assentados, em razão do modelo de exploração previsto por essas famílias. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável-PDS, ocupa um espaço com área de 431.575,6400 ha.

A segunda fonte de divisas desse município provém do extrativismo vegetal com origem na exploração da madeira, que ocorre de forma predatória a exigir providências a nível educacional e policial. O número de madeireiras é relativamente grande, comercializando quase sempre para o exterior, com bons resultados para

esses investidores. Porém, o retorno para a municipalidade é insignificante, com geração de alguns empregos e arrecadação de ICMS. Recursos esses que pouco representa diante o potencial vegetal extraído de forma regular e predatória.

Esse município apresenta boa estrutura local institucional vinculada ao setor primário, que vem construindo junto com a comunidade um espaço favorável ao desenvolvimento sustentável.

Tabela 5 - Assentamentos Criados no Município de Machadinho D' Oeste

Projetos	Localização	Data da Criação	Área (Ha)	Machadinho 'Oeste /Vale do Anari	Numero Família	Forma Aquisição
Machadinho	Machadinho D'Oeste	05.02.82	213.911,1020	73,0	2.934	Arrecadação Desapropriação
Santa Maria	"	29.12.95	10.693,0744	38,0	278	Desapropriação
Tabajara	"	29.12.95	13.942,5775	46,0	301	Arrecadação
Pedra Redonda	Machadinho e Vale do Anari	29.12.95	12.224,4218	36,0	153	Arrecadação Desapropriação
União	Machadinho D'Oeste	12.08.96	24.757,0362	45,0	554	Desapropriação
Tabajara II	"	09.10.96	22.473,8163	33,0	672	Arrecadação/ Desapropriação
Lajes	"	09.10.96	62.365,8002	47,0	1.322	Arrecadação / Desapropriação
Santa Maria e Cedro Jequitibá	"	09.10.96 23.12.98	38.400,7054 6.218,5300	59,0 32,0	652 193	Arrecadação/ Desapropriação
Amigos do Campo	"	18.01.99	7.512,4304	51,0	146	Desapropriação
Asa do Avião	"	28.07.99	2.532,2606	28,0	90	Arrecadação/ Desapropriação
M. Mendes	"	17.04.00	1.714,7833	41,0	41	Desapropriação
Cernambi	Machadinho D'Oeste	03.07.01	14.829,1385	-	45	Arrecadação
TOTAL	-	-	431.57564,00	51,0	7.381	-

Fonte: divisão operacional da Superintendência Regional de Rondônia

Essa estrutura institucional existente em Machadinho D'Oeste, envolve instituições das variadas esferas de governo Federal, Estadual e Municipal, tais quais: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac, Secretaria Estadual do Meio Ambiente – Sedam e Instituto de Defesa Animal e Vegetal do Estado de Rondônia – Idaron.

Na esfera municipal a comunidade conta com a presença da Secretaria Municipal de Agricultura e Organização dos Seringueiros de Rondônia, que somam com suas ações de cunho individual ou coletivo em prol do fortalecimento da agricultura familiar.

3.3.1 Aspectos Demográficos

O município de Machadinho D'Oeste apresenta uma população estimada em 22.739 habitantes. Conforme o último censo demográfico realizado em 2000, 11.758 estão na área rural e 10.981 na área urbana.

As autoridades locais não estão contentes com os resultados do último censo realizado e contestaram os números através da imprensa estadual. Fazem as suas contas na seguinte lógica: o Incra assentou 7.480 famílias em parcelas equivalentes, sendo na maioria casais com seus respectivos filhos, que somados a população rural seria maior. Embora seja do conhecimento dessas autoridades e população em geral, a existência de áreas reconcentradas no meio desses assentamentos, bem como que, pequena parte do assentamento Pedra Redonda está situada no município vizinho de Vale do Anari.

Ressalto que esta particularidade não interfere no resultado desta pesquisa, pois o registro se faz no sentido de resguardar o órgão responsável pelo censo. Que haja consideração nas reclamações da população local, dedicando maior atenção aos dados desse município. Pois as reclamações estão vinculadas aos interesses financeiros. Pois a representação da população maior estimada, representa maior fatia dos repasses de recursos do Estado e União.

Tabela 6 -População estimada pelo censo demográfico - ano de 2000

Discriminação	Total	Sexo	
		Homem	Mulher
1996 (1)			
Total	28.949	15.752	13.197
Urbana	7.317	3.785	3.532
Rural	21.632	11.967	9.665
2000 (2)			
Total	22.739	12.350	10.439
Urbana	10.981	5.695	5.286
Rural	11.758	6.605	5.153

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

3.3.2 Aspectos Econômicos

O município de Machadinho D'Oeste surgiu em consequência da criação prévia do assentamento machadinho, no ano de 1985, com capacidade para atender 2.934 famílias. A sede do município vive até hoje, basicamente, com os recursos provenientes do rural, seja a produção agropecuária ou a extração de madeira. Essas duas atividades existentes respondem positivamente com o crescimento e

desenvolvimento desse município. De tal sorte que, o comércio local vem crescendo e se estruturando com certa rapidez. Por sua vez, é de fácil observação que as lojas com raízes naquela localidade, vem crescendo e remodelando-se; os prédios originais de madeira estão sendo substituídos por alvenaria. Bem como, vem atraindo novas casas comerciais. A tabela abaixo representa o número de contribuintes instalados no município.

Tabela 7-Relação de contribuintes Cadastrados - ano de 2001

Comercio a atacado	26
Comercio a varejo	128
Outros	97
Empresa de grande porte	05
Empresa de médio porte	82
Empresa de pequeno porte	48
Micro empresa	116

Fonte: Coordenadoria da Receita Estadual – CRE/RO.

O setor da agricultura familiar nesse município tem a sua importância no contexto econômico local. O carro chefe da economia está com a cultura cafeeira, seguida pela bovinocultura leiteira, que vem crescendo sistematicamente em tamanho de rebanho e produtividade. Registrou-se no início nesse município, assentamentos com uma produtividade média de leite por animal/dia apenas de quadro litros, hoje dobrou para oito litros.

Esse modelo de desenvolvimento perpassa vários outros setores da economia local, influenciando sensivelmente no comércio. Que tem recebido direto desses agricultores um volume significativa dos recursos do Pronaf.

A dinâmica existente nesse município me faz lembrar o caminho percorrido e enfatizado pela geógrafa Anne Buttimer, que em seus estudos comparativos dos modelos de agricultura nos Estados Unidos, afirma que: onde predomina a agricultura patronal existem poucas escolas, igrejas, clubes, associações, jornais, empresas, bancos e outras instituições de interesses coletivos.

Continuando o seu estudo, ela afirma também que, nessas localidades as condições de moradia são precárias, quase não existem equipamentos de lazer e a delinquência infanto-juvenil é alta, ao contrário do que ocorre onde predomina a agricultura familiar.

Enfatiza a pesquisadora americana a forte relação social existente no espaço rural com o predomínio da agricultura familiar. Ela denomina esse espaço de trabalho ocupado pela agricultura familiar como, “vitalidade social”, a principal turbina que move o processo de desenvolvimento (MDA, 2000).

A pesquisa da geógrafa Anne Buttimer chama a atenção também quanto a importância da presença do “capital humano” e “capital social” na agricultura familiar. Como explica Bernardo Kliksberg, considera-se que, junto com os capitais “tradicionais”, o capital natural de uma sociedade é formado por sua dotação de recursos naturais e o capital construído, formado pelo que foi produzido (infra-estrutura, capital comercial, capital financeiro, etc.). Porém, as modalidades de capital humano e social requerem uma análise mais detalhada pela sua profundidade e agilidade numa sociedade.

O capital humano refere-se à qualidade dos recursos humanos. O capital social refere-se à elementos qualitativos, como valores partilhados, cultura, capacidade para agir sinergicamente, produzir redes e acordos voltados para o interior da sociedade.

O Banco Mundial, através de um estudo complexo em 192 países e com a finalidade de analisar as causas do crescimento econômico, concluiu que, não menos de 64% desse crescimento pode ser atribuído ao capital humano e social (MDA, 2000).

Considerando-se as duas comunidades envolvidas na pesquisa, pode-se afirmar a compatibilidade quanto a presença do capital humano e social. Contudo, é necessário também, a presença do Estado com novos conceitos e metodologias compatíveis com o desenvolvimento sustentável.

Tabela 8 - Área plantada, produção e rendimento médio – ano 2001

Produto	Área (há)	Produção	
	Plantada e colhida	Quantidade (T)	Rendimento(kg/há)
Arroz (em casca)	4.914	5.897	1.200
Feijão (em grãos)	1.240	471	380
Café (em côco)	1.398	6.239	600
Cacau (amêndoas)	438	154	352
Milho (em grão)	3.550	4.260	1.200
Banana (*)	602	3.492	5.800
Mandioca	2.531	35.434	14.000

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A agricultura no município é de fundamental importância como mostra a tabela acima. O carro chefe na economia do município é a cultura do café, que tradicionalmente está presente em todo o Estado, pela importância econômica que representa. Enquanto a pecuária vem mantendo um crescimento vertiginoso nos últimos cinco anos, tornando-se um setor com potencial representativo vem somar-se aos demais em fortalecimento do município.

O crescente rebanho bovino no Município acompanha a tendência do Estado, que estimado em mais de 11 milhões de cabeças. Enquanto as demais atividades pecuárias como, avicultura, suinocultura, ovinocultura e caprinocultura, de importância para agricultura familiar, ainda são pouco exploradas no município e região.

As demais culturas presentes no assentamento: arroz, feijão, milho, mandioca e banana estão relacionadas mais fortemente ao consumo interno. Uma alternativa importante de valorização dos seus produtos, considerando a qualidade e alto valor nutritivo, associado ao baixo custo de produção e entrada de outros produtos menos saudáveis no consumo da família.

Tabela 9 -Efetivo Pecuário Existente em Machadinho D'Oeste – ano 2001

Rebanho	
Efetivo	Quantidade
Bovinos	55.902
Eqüinos	1.296
Asininos	15
Muare	299
Suínos	9.063
Ovinos	1.004
Caprinos	185
Aves	122.522

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

3.3.3 Aspectos Sociais

O setor das comunicações instalou-se em Machadinho D'Oeste, de forma lenta, apesar do crescimento considerável desse município. A Telefonia fixa atende

parcialmente a comunidade, enquanto a telefonia celular encontra-se funcionando a todo vapor, atendendo aos interesses dos munícipes no espaço urbano. Enquanto a comunidade rural permanece também com o sonho de contar com esses serviços no menor espaço de tempo possível.

O fato é que as esferas governamentais, movidas pela falta de interesse, não têm avançado na área de planejamento estratégico e monitoramento de suas ações para um melhor uso dos recursos públicos. Enquanto a sociedade civil, por sua vez, não tem feito o seu papel fiscalizador.

Em função da nossa educação, pouco voltada para os cuidados com os recursos públicos gastos em nosso município, fica-se quase sempre refém de gestões sem estímulo ao bem estar social e de estratégias que respondam aos interesses da atual e futuras gerações.

Tabela 10- Serviços de Telefonia Disponível em Machadinho D'Oeste – 1998

Discriminação	Quantidade
Telefones de uso público	13
Postos de Serviços	02
Terminais instalados	320
Terminais em serviços	311
Tipo de serviço	DDD/DDI

Fonte: Telecomunicações de Rondônia S/A – Teleron

A educação é um dos setores mais importantes no processo de desenvolvimento do município, contudo segue desaparelhado e sem o menor destaque para a gestão municipal. Ao registro das reclamações de pais, mães e professores, ano após ano, as condições desse setor pouco tem avançado.

O Estado não tem preparado seus professores e o município segue a mesma trajetória. Pois, as condições das estruturas físicas das escolas não favorecem, faltando-lhes desde os recursos pedagógicos para a sala de aula aos espaços de lazer, tão necessários para o melhor desempenho dos alunos.

No momento faz-se imprescindível a mudança do sistema educacional rural, sendo oportuno a aplicação da experiência denominada de pedagogia da alternância, um modelo de sucesso comprovado na Europa e já instalado no sul do país com bons resultados, inclusive, em funcionamento em alguns municípios de Rondônia.

Muito embora, os esforços e interesses dos constituintes em 1988, para melhorar a educação no país, quando definiram o percentual mínimo obrigatório de aplicação de 25% do orçamento do Município, Estado e União, não resultaram, infelizmente, em termos de melhorias da qualidade do ensino público. Em se tratando de educação rural as considerações são ainda mais comprometedoras.

Tabela 11-Educação - escola e sala de aula por dependência administrativa-2004

Descriminação	Urbano		Rural	
	Escolas	Salas	Escolas	Salas
Estadual	4	62	-	-
Municipal	3	23	59	87

Fonte: Divisão de Estatística e Pesquisa Educacional – DEPE – SEDUC.

O quadro de alunos no município vem crescendo ano após ano, o que demonstra capacidade de instalação do município. Essa expansão tem sua força provinda da economia rural que apresenta como fonte da economia, os seus produtos agropecuários (leite, café, guaraná, arroz, milho e feijão), bem como, os produtos naturais extraídos da floresta (látex, castanha, cipós, madeira).

Tabela 12-Matrícula Segundo a Zona e Dependência Administrativa

Discriminação	Estadual	Municipal	Particular
Pré –escola	0	403	00
Ensino Fundamental	1.499	2.672	00
Ensino Fundamental 1ª a 4ª	631	2.672	38
Ensino Fundamental 5ª a 8ª	868	939	00
Ensino Médio	422	0	00
Educação Especial	0	0	52
Supletivo	187	0	00
Ed. Especial Fundamental	-	-	21

Fonte: Censo Educacional – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

O setor de saúde municipal atende a população com apenas cinco médicos, numa estrutura física hospitalar com 32 leitos e três postos de saúde distribuídos na área urbana. Não existe nenhum atendimento direto no campo, pois os postos de saúde os postos de saúde encontram-se todos fechados, sem a perspectiva de funcionamento em curto ou médio espaço de tempo.

É um tema polêmico, os assentados estão desprotegidos nesta área e quaisquer necessidades das famílias é necessário o deslocamento até a sede do município que nem sempre são atendidos. Precisa-se descentralizar esses serviços em benefício da comunidade rural como um todo.

Tabela 13-Saúde – Estabelecimentos de Assistência à Saúde

Estabelecimentos	Quantidades
Postos de saúde	10
Cento de saúde / Unidade básica	02
Unidade de apoio diagnose e terapia	03
Unidade mista	01

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimento De Saúde – CPMED – Consultoria

Os recursos do Governo Federal, destinados ao atendimento da área de saúde aos municípios, não têm sido pouco, o que se faz necessário é uma melhor gestão e controle social desses recursos. A partir daí, procurar avançar nas necessidades das famílias, incluindo a medicina preventiva e da assistência médico-hospitalar nessas comunidades.

A tabela 13 apresenta a estrutura da saúde pública municipal, que pouco apresenta em termos de quantidade e qualidade. As condições de atendimento na área rural torna-se mais difícil que na área urbana pela distância e dificuldade nos deslocamentos, principalmente, no período chuvoso.

Na tabela 14 tem-se uma situação que já foi traumática na geografia ocupacional deste Estado. Esta região superou as demais na incidência de doença seguida de óbito, diferentemente, dos dias atuais.

A malária representou num passado recente, uma ameaça a capacidade humana em desbravar essa região. Tanto foi as dificuldades que até os funcionários públicos temiam as conseqüências da doença e muitos recusavam-se a desenvolverem suas atividades nesse município.

Tabela 14- Laminas (malária) -2001

Lâminas Examinadas	Quantidade	
Ano	2000	2001
Falciparum	1.649	2.031
Vívax	5.224	5.246
Outros	-	444
Negativas	31.708	34.745

Fonte: Fundação Nacional de Saúde 2.000 – FNS DATASUS/SESAU-RO

O atendimento à população, com água tratada, tem melhorado nos últimos anos, atendendo de forma satisfatória aos munícipes que apresentam deficiências maiores como a abertura de ruas, limpeza das ruas já existentes, asfaltamento de ruas, construção de pontes, construção de bueiros, bem como de praças no incrementar ao lazer da população.

Tabela 15 -Saneamento Básico – ÁGUA - 2001

Extensão da rede (km)	Nº de ligações	População atendida
39,83	1552	6.518

Fonte: Companhia de Água e Esgotos de Rondônia – Caerd.

A grande limitação deste Estado, por vários anos, foi a falta de energia elétrica, privando num primeiro momento a população em seu consumo residencial. Num segundo momento, a possibilidade de instalações de pequenas indústrias e agroindústrias no Estado.

O Estado de Rondônia hoje é privilegiado na área de energia elétrica como único estado da federação com excedente de geração. Isto tranqüiliza a cidade e possibilita ao campo a implementação desse programa estruturante. Que assegura a possibilidade de instalação de novas indústrias e especialmente as agroindústrias em benefício da geração de mais emprego e renda.

O quadro de expansão da energia elétrica apresenta-se favorável, existem vários municípios neste Estado dispondo integralmente deste bem, imprescindível como ferramenta de trabalho e conforto. O município de Machadinho D'Oeste já dispõe em pequena parte do rural, enquanto os assentamentos Pedra Redonda e Cedro Jequitibá continuam a espera.

Tabela 16 -Energia Elétrica –Número de Consumidores e Demanda Faturada

Nº de consumidores	Energia faturada (kwh)	Demanda faturada (kwh)
3.086	174.964	412

Fonte: Centrais Elétricas de Rondônia – CERON – Novembro de 2001.

O quadro de arrecadação do município vem crescendo numa perspectiva de segurança e confiança para o comércio local. Nos últimos 10 anos, houve uma visível melhora em infra-estrutura no meio rural. No urbano, houve a melhoria das vias públicas, praças, mais escolas, saúde e segurança com a chegada do judiciário em apoio ao trabalho da polícia.

O atual estágio da economia, supera as dúvidas geradas na implantação do programa de reforma agrária, quanto a sustentabilidade da ação do INCRA, considerando a baixa fertilidade dos solos e pouco conhecimento e uso de tecnologias. Preocupação registrada no início da colonização dessa região por um grupo de estudiosos, citados na introdução desse trabalho.

3.3.4 Aspectos Financeiros da Arrecadação

Embora apresente uma boa perspectiva, o quadro da arrecadação municipal, continua aquém das necessidades de demandas. Haja vista, que as demandas não estão consolidadas, por tratar-se de um jovem município, como já foi citado, que as, vias urbanas e rurais, saneamento, recursos humanos, saúde e educação apresentam uma demanda considerável de recursos. Essas necessidades obrigam as autoridades locais a captar novos recursos nas esferas Estadual e Federal.

Tabela 17-Arrecadação de impostos municipais – Em 2001

Impostos	Valor (R\$ 1,00)
ISS	83. 609,73
IPTU	22.083,70
ITBI	2.622,37
TAXAS	66.630,04
Total arrecadado	174.395,84

Fonte: Prestação de Contas – TCE –2000.

A representação financeira municipal ainda se encontra em fase de estruturação, contextualizada na sua arrecadação local, em transferências obrigatórias do Governo Estadual e Federal. Conforme tabela 18, esses recursos embora representem uma quantia significativa para o cofre municipal, não suprem as necessidades dos gastos nessa fase de implantação e consolidação das demandas da população.

O Município de Machadinho possui um bom potencial na captação de recursos na área ambiental pela caracterização dos solos e a prévia definição de várias reservas extrativistas: Jacundá, Angelim, Ipê, Jatobá, Piquiá, Castanheira, Sucupira, Freijó, Roxinho, Garrote, Massaranduba, Cedro, Mogno e Maracatiara.

O aproveitamento desse potencial se faz necessário pelo restrito conhecimento da sociedade nesta área e, principalmente, àqueles que vivem e convivem nesse meio. O que seria louvável como forma de captação de novos recursos para o município, sobretudo para aplicação na formação e educação da população no uso e manejo das reservas, protegendo a fauna e flora.

Tabela 18 -Transferência Constitucional Federal – Machadinho D'Oeste: 2001

Mês	FPM	ITR	FUNDEF	Total(R\$ 1,00)
Janeiro	262.689,39	562,47	200,750,37	464.002,23
Fevereiro	214.037,62	226,29	160.872,71	375.136,62
Março	190.032,40	174,78	155.767,45	345.974,63
Abril	235.803,30	414,16	164.046,02	400.263,48
Maio	265.126,16	2.569,48	183.883,98	451.579,62
Junho	230.036,79	10,04	172.541,96	402.588,79
Julho	192.869,09	0,00	162.317,63	355.186,72
Agosto	265.126,16	2.569,48	183.883,98	451.579,62
Setembro	219.632,02	89,12	182.286,18	402.007,32
Outubro	209.898,22	8.000,75	179.949,49	397.848,46
novembro	218.157,18	1,64	185.661,98	403.820,80
Dezembro	264.583,13	251,82	204.444,64	469.279,59
Total	2.767.991,46	14.870,03	2.136.406,39	4.919.267,88

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN.I

A representação dos impostos Estaduais arrecadados nesse município, juntamente com as arrecadações Municipal e Federal, não têm sido suficiente para atender as demandas presentes como já citado anteriormente. Pois Machadinho D'Oeste é um município com atividades voltadas basicamente para o setor primário e com uma malha fundiária predominantemente de pequenos propriedades que, naturalmente, exigem uma malha viária extensa e dependente de constantes investimentos.

Nesse município, as instituições oficiais estão envolvidas e comprometidas com o setor primário, que nasce organizado, apesar das suas deficiências. Essas instituições trabalham com a possibilidade de inclusão de suas demandas nas políticas públicas. Por isso, utilizam-se de uma das melhores ferramentas de trabalho, o Conselho de Desenvolvimento Rural do Município, articulado com o Conselho Estadual e o Conselho Nacional do mesmo gênero.

Tabela 19 - Arrecadação de Impostos Estaduais – 2001

Mês	Taxas (a)	Receitas Diversas (b)	ITCD (c)	Divida Ativa (d)	Taxas (e)	Receitas Diversas (f)	Imposto de Renda (g)	Receitas não identificadas (h)	Total (a+b+c+d+e+f)
Janeiro	85.020,77	2.474,69	-	-	2656,59	-	-	-	90,10
Fevereiro	95.358,78	7.386,85	-	-	1.976,03	-	-	-	104,60
Março	98.329,86	4.761,17	-	-	4.805,28	-	-	-	107,80
Abril	71.108,89	5.206,23	-	-	2.097,17	-	-	-	78,40
Maiο	102.673,43	6.370,08	-	-	2.183,92	-	-	-	111,20
Junho	154.392,36	8.754,72	-	-	4.488,26	-	-	-	167,60
Julho	133.454,58	6.410,25	-	-	2.263,75	-	-	-	142,10
Agosto	145.587,98	6.570,06	-	-	3.842,50	-	-	-	156,00
Setembro	129.231,40	7.437,27	-	-	1.671,31	-	-	-	138,20
Outubro	220.159,21	9.720,68	-	59,58	1.808,86	109,39	-	-	231,80
Novembro	163.065,08	7.208,84	-	-	3.965,92	-	-	-	174,20
Dezembro	145.433,66	6.916,86	-	-	10.874,74	-	-	-	162,20
Total	1.543.816,10	79.217,70	-	59,58	42.574,13	109,39	-	-	1.665,00

Fonte: Coordenadoria da Receita Estadual - CRE-RO – SEFI

CAPITULO 4

COLETA DE DADOS DOS ASSENTAMENTOS PEDRA REDONDA E CEDRO JEQUITIBÁ

A coleta de dados foi realizada nas duas comunidades da pesquisa e a partir destes dados serão feitas as análises em busca de identificar as causas dos problemas existentes. Problemas estes que estão representados pelas diferenças sociais e econômica existentes entre as duas comunidades.

As fontes dos dados foram as mais diversas, apoiando-se simultaneamente na coleta de dados quantitativos e qualitativos como alternativa de melhor definir os efeitos progressivos ou retrógrados existentes nos assentamentos da Reforma Agrária denominados Pedra Redonda e Cedro Jequitibá.

Os dados quantitativos foram organizados através de fontes primária e secundária como: Emater, INCRA, Cooperativa Milênio – Prestadora de serviços do antigo Projeto Lumiar (Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural), hoje intitulado como programa ATES (Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária), através dos relatórios anuais de atividade das equipes técnicas, dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA) e dados censitários.

De posse dos dados, foram feitos os agrupamentos das informações quantitativas e a avaliação da evolução ocorrida em algumas variáveis, em determinado espaço geográfico e de tempo. Em seguida, buscou-se os dados qualitativos, considerados também importantes na complementação ou confirmação dos dados, para se chegar a bom termo com a pesquisa.

A utilização de técnicas qualitativas de coleta de dados teve como objetivo assegurar o resultado final do trabalho, ao mesmo tempo, que facilitar a percepção da realidade existente nos dois assentamentos à fim de concluir sobre o estágio de cada um dos assentamentos.

Os dados qualitativos foram obtidos através de entrevistas com questionário semi-estruturado. Ocorreu mediante um roteiro prévio, norteando o caminho da pesquisa e com a atenção voltada ao eixo central da indagação do problema da pesquisa. A estrutura do roteiro foi formulada de acordo com cada ator a ser entrevistado e com possibilidades de acrescentar algumas perguntas durante a entrevista.

A escolha dos entrevistados da pesquisa quantitativa foi feita através de sorteio. Enquanto que a escolha dos entrevistados da qualitativa obedeceu a hierarquia do conhecimento das comunidades e das áreas geográficas do presente estudo de caso. Envolveu-se como entrevistados, autoridades com mandato eletivo no município(2), técnicos relacionados com o programa de Reforma Agrária(3) e técnicos do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária -ATES (3).

Para obtenção dos dados quantitativos foram realizadas entrevistas com formulário estruturado junto aos assentados. O questionário foi construído a partir do conhecimento prévio da estrutura dessas famílias, com fins específicos ao

atendimento do objetivo da pesquisa, seguindo os parâmetros da sustentabilidade. Portanto, o questionário contemplou aos interesses das quatro dimensões do desenvolvimento rural sustentável.

A pesquisa teve como objetivo atingir um público de campo nos dois assentamentos não inferior a 5% dos indivíduos de cada comunidade. Foram sorteados entre as linhas e glebas existentes nos assentamentos para melhor distribuição da coleta da amostragem. Assim, manter uma correlação estatisticamente representativa e o mais próxima possível da realidade de campo.

Tabela 20 - População e amostra utilizada na pesquisa.

Assentamentos	Nº assentados	Jovens	Idosos	Técnicos	Autoridades
P. Redonda	17	01	01	06	02
C. Jequitibá	10	01	01		
Total	27	02	02	06	

Fonte: Dados de Campo, 2004.

As variáveis e o módulo operacional corresponderam a função pré-estabelecida de sistematizar o problema apresentado para, doravante, estabelecer associações, comparações de causa e efeito entre elas e, de posse desse resultado, identificar as diferenças social, econômica, cultural e ambiental existentes entre as duas comunidades dos assentamentos Pedra Redonda e Cedro Jequitibá no município de Machadinho D'Oeste.

A pesquisa ampliou o conhecimento do desempenho da agricultura familiar nos dois assentamentos. Permitindo a partir das variáveis estudadas, conclui-se pelo sucesso de um assentamento e insucesso do outro. Apontando as causas e

ao mesmo tempo, propondo alternativas de viabilidade para que esta comunidade possa encontrar o caminho do desenvolvimento sustentável.

A presente pesquisa registra também sua importância pela conotação dada aos agricultores familiares na tentativa de romper com o preconceito impregnado injustamente à esses agricultores ao longo dos séculos. Para tanto, sendo válido a ocupação de espaços no sentido de desvendar os mistérios.

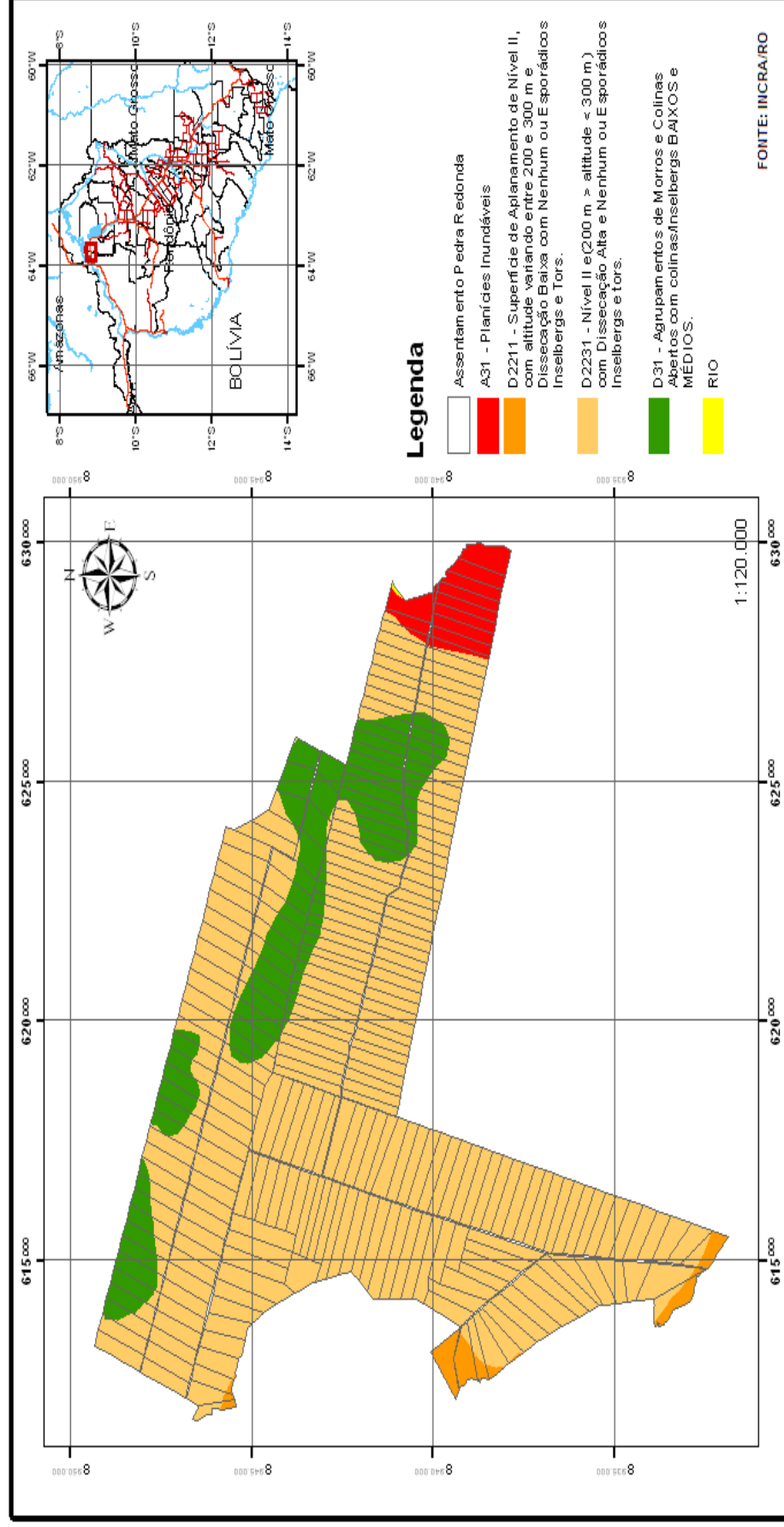
A causa maior da escolha dos dois assentamentos está no incomodo da própria comunidade do assentamento Pedra Redonda diante de suas dificuldades. Técnicos e autoridades municipais, são conhecedoras das dificuldades enfrentadas pela comunidade no dia a dia sem perspectiva de melhora. Enquanto o Cedro Jequitibá, pela euforia da comunidade diante dos resultados já alcançados e as perspectivas otimistas para o futuro.

Considerando que ambas participam das mesmas políticas públicas. Portanto, recebem ou receberam os mesmos tratamentos preconizados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA., como agente oficial do Governo Federal responsável pela execução dessa política pública em todo território nacional. Veio a indagação, qual a razão de tamanha diferença entre elas?

4.1 Sistematização dos dados do Pedra Redonda

Dos imóveis rurais denominados TD São Paulo e Gleba Machadinho foram subtraídos 12.224,4218 ha, que representam a área total desse assentamento, localizado nos municípios de Machadinho D'Oeste e Vale do Anari, neste Estado.

Figura 2 - Assentamento Pedra Redonda



A parte do TD São Paulo, provém de um ato de arrecadação sumária de terras da União, enquanto a segunda parte foi retirada da gleba Machadinho, que são terras originárias de um ato de desapropriação, declarada de interesse social para fins de reforma agrária, após vistoriada e avaliada por um perito profissional da engenharia agrônômica e constatado no ato pericial a sua localização fora da área de fronteira, neste caso inserida na zona 01 do zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Rondônia, destinada ao ordenamento e implementação das atividades agropecuárias, agroflorestais e silvopastoris.

O ato de desapropriação ocorreu através de decreto Presidencial em 11 de abril de 1983, publicado no Diário Oficial da União em 12 de abril de 1983.

Vias de Acesso: Partindo da sede do município pela linha MC 06 no projeto de assentamento Machadinho, chega-se a gleba 01 do Pedra Redonda que dá acesso à linha PR – 1, que por sua vez dá acesso às demais linhas existentes no assentamento: PR 02 e PR 03. Situado a 22 km da sede do município.

Situação Ocupacional: Este assentamento foi criado pela Portaria/Incra nº 67 de 29 de dezembro de 1995, em terras arrecadadas pela União de domínio público e matriculadas em nome do Incra, e terras desapropriadas por interesse social para fins de Reforma Agrária.

Trajetória de Vida dos Assentados: São trabalhadores oriundos de diversos estados da federação, uma minoria chegou diretamente em Machadinho D' Oeste em busca da terra, enquanto a maioria já se encontrava em Rondônia aguardando a oportunidade de serem contemplados com uma parcela de terra, para dela viver e retirar da mesma o seu sustento e da família. Essa mesclagem de conhecimentos provindos das diversas regiões do país, introduziu na comunidade uma diversidade de tradições e costumes nas diversas áreas do conhecimento, proporcionando a

implementação de novos métodos, que facilitarão o desenvolvimento dessa comunidade.

Clima: O clima no assentamento corresponde a uma transição entre o Amazônico e o clima no Brasil central, ocorre uma curta estação seca que vai de maio a agosto. A umidade relativa do ar apresenta uma média anual de 82,3% baixando no período de estiagem para 71,80%. A temperatura média anual é de 28° C. Quanto as precipitações pluviométricas variam de 2000 a 2500mm/ano. A evapotranspiração potencial (EVT) apresenta valores superiores a 100mm/mês.

Recursos Hídricos: São representados pelos rios, igarapés, olhos d'água, além das precipitações pluviométricas regularmente abastecendo todo o Estado, com até 2500mm/ano. As águas dos mananciais apresentam coloração preta, por não transportarem cargas sólidas em suspensão e serem escurecidas em virtude do elevado teor de matéria orgânica em decomposição, proporcionada pela vegetação que se desenvolve nas áreas inundáveis das nascentes e nas margens, típico de rios com nascentes no interior das matas. Os rios, igarapés e olhos-d'água poderão ser melhor aproveitados na piscicultura, observando os cuidados pertinentes ao uso racional dessas fontes hídricas.

Quanto aos solos: estão divididos em duas classes distintas:

1) Associação de Neosolo litólico distrófico relevo suave ondulado e Latossolo vermelho-escuro distrófico fase pedregosa III rochosa relevo ondulado distrófico A moderada textura argilosa fase floresta equatorial subperenifólia.

Essas características traduzem que nesse tipo de solo, o grau de limitação aumenta para a utilização agrícola, ou seja, essa área possui inaptidão para cultivo, servindo apenas para preservação de fauna e flora e/ou pastagem natural, sendo

porém, a utilização de carga animal reduzida. Em virtude desses aspectos, o desempenho animal (leite ou corte), torna-se reduzido. O que induz naturalmente, o incremento de iniciativas que possibilite a agregação de valor da produção ou a busca de projetos alternativos.

2) Associação de Litossolo vermelho-amarelo textura muito argilosa relevo suave ondulado com Latossolo vermelho-escuro textura argilosa cascalhenta relevo ondulado. Este tipo de solo ocupa uma área representativa de aproximadamente 88% do assentamento, uma variação de relevo de suave ondulado a ondulado com valores de saturação por bases inferiores a 50%, corroborado pelos teores de Al^{+3} trocável superiores a $3,0 \text{ mmol}_c.\text{dm}^{-3}$.

Na associação das classes de solos há predominância da fração argila na textura do solo, bem como a baixa fertilidade natural. Esses fatores contribuem de forma significativa para a queda na produtividade, pelo fato do uso correto da área depender de práticas de manejo ajustado a realidade local. Como A PRÁTICA DA Adubação, escolha de culturas menos susceptíveis a tais adversidades, controle efetivo da erosão e utilização da unidade animal/área recomendada por técnicos da área.

Com relação aos três níveis de manejo caracterizados: A, B e C, entende-se: O manejo A corresponde aos produtores que utilizam baixo nível tecnológico, onde as práticas agrícolas são quase todas realizadas pelo trabalho braçal. O manejo B indica produtores que utilizam nível tecnológico médio com baixa aplicação de capital. E o manejo C, corresponde a produtores que utilizam alto nível tecnológico nas práticas agrícolas, com uso da mecanização.

As classes indicam o grau de intensidade com que as limitações afetam as terras para produção agrícola, e são assim definidas: Boa, quando as terras não

apresentam limitações para uso agrícola, portando permitindo uso sustentável para determinadas atividades, conforme as condições de manejo (A, B e C); Regular, quando apresenta limitações moderadas; e Restrita, quando as limitações existentes são fortes, tornando o cultivo de lavouras bastante restrito, mas apropriado para cultivo menos intensivo como de culturas permanentes menos exigentes, e mais adaptadas aquele tipo de solo.

Quanto ao relevo: apresenta topografia suavemente ondulada a ondulada.

Tabela 21 - Arranjos Produtivos Existentes e sua produtividade – ano 2004

CULTURAS EXISTENTES		ÁREA(HA)	PRODUTIVIDADE (HÁ)
Cultura Permanente (café)		406,00	700 kg
Frutíferas		100,5	-
Pimenta		30,36	-
Culturas Anuais	Feijão	125,00	100 kg
	Mandioca	83,00	7000 kg
	Arroz	218,00	900 kg
	Milho	114,00	600 kg
Pastagem		5.027,35	2ua
Leite		-	2,5L/ua
Reserva Legal		6.120,74	—
Área total do PA		12.224,9500	—

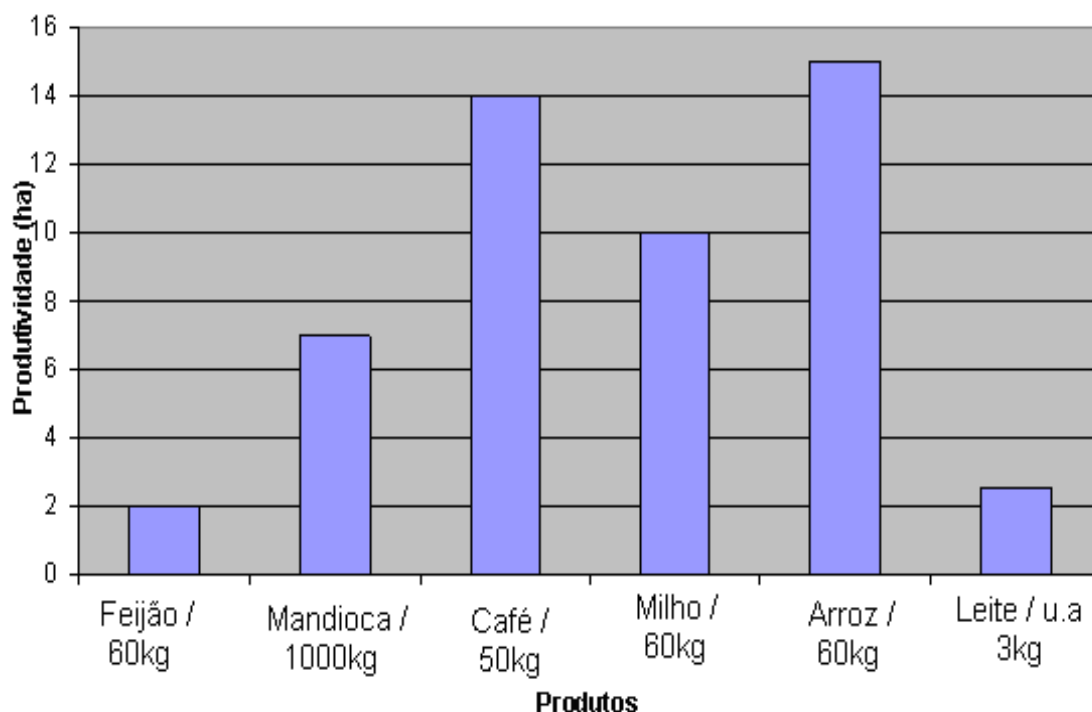
Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento e Pesquisa de Campo.

A tabela 21, apresenta os arranjos produtivos existentes no assentamento, que expõe o perfil econômico dessa comunidade, que apresenta-se abaixo do desejável pela própria comunidade e com uma produção e renda que não atende ao projeto de vida dessas famílias.

O quadro presente nesse assentamento não satisfaz os donos do empreendimento e preocupa a todos envolvidos no processo. Porém pode-se afirmar que o problema presente decorre de uma série de equívocos de ordem técnica e gerencial.

Para superação dos problemas nessa comunidade depende de muito esforço da mesma, bem como da participação efetiva do Estado com novos investimentos e redirecionamento do arranjo produtivo. Num exercício de quebra de paradigma, em alterar a matriz de desenvolvimento atual por uma matriz alternativa, compatível com os valores técnicos existentes, bem como, os conhecimentos e interesse local da comunidade.

Figura 3 - Produtividade (ha) – Assentamento Pedra Redonda -2004



Reconcentração de lotes no assentamento: uma das variáveis presente nesse assentamento com alto percentagem de 55%, de acordo com os dados levantados

pela pesquisa e apresentados no PDA. Um percentual em que a própria instituição responsável pela Programa de Reforma Agrária – INCRA, tem como um dos mais elevados no Estado, a merecer uma atenção especial no sentido de buscar alternativas que possa alterar esse quadro indesejável para os assentados, as autoridades municipais e os agentes do programa de reforma agrária.

A instituição INCRA, hoje tem consciência da necessidade de melhor acompanhar e estruturar esses assentamentos e por isso vem implantando novas alternativas para o desenvolvimento desses assentamentos, a exemplo da Assessoria Técnica Social e Ambiental-ATES, uma alternativa de assessoria técnica aos assentados, diferenciada da proposta de Assistência Técnica e Extensão Rural convencional.

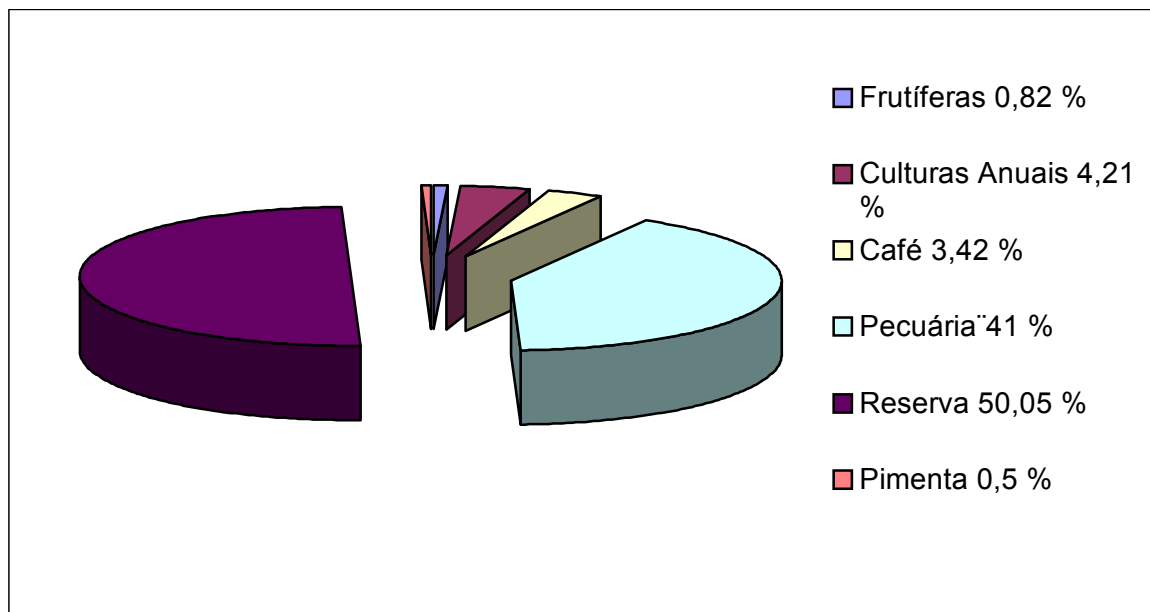
O ATES surge a partir da experiência do Projeto Lumiar criado em 1997, pelo Governo Federal, a partir de uma análise crítica dos resultados negativos do pacote denominado de Revolução Verde e com a extinção do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão em 1990.

A partir daí, surge a necessidade do Estado contribuir efetivamente na construção de outros estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentável, que atenda aos agricultores (as) familiares, em conformidade com o que preconiza a Constituição Federal de 1988, e a lei agrícola de 1991. Juntas determinam a União, a manutenção dos serviços de assistência técnica e extensão rural pública e gratuita para os pequenos agricultores.

O MDA a partir de 2003, através do decreto nº 4.739, resgata efetivamente este marco de reconstrução da nova Política Nacional de ATER, após o desmonte dessa política nacional em 1990, por decisão do então Presidente Collor de Mello.

O novo programa nacional, o PNATER, foi construído considerando os vários estilos de agricultores familiares: assentados, quilombolas, pescadores, pescadores artesanais e povos indígenas. Os assentados estão na responsabilidade e gestão do INCRA, que de forma democrática e descentralizada, coordena o programa juntamente com um grupo de instituições governamentais e não governamentais ligadas ao setor agropecuário.

Figura 4 - Arranjos Produtivos em Percentual – Assentamento Pedra Redonda



Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento - 2004.

Atividades produtivas fora do assentamento: são atividades outras desenvolvidas pelos assentados, como consequência do baixo desempenho das suas atividades agropecuárias no lote.

As atividades produtivas fora do assentamento, referem-se não aquelas atividades provenientes das diversificações próprias da agricultura familiar, mas de atividades complementares oriundas da necessidade na composição da renda mínima necessária ao provimento da família.

São atividades desenvolvidas a partir dos seus conhecimentos como agricultor ou outras habilidades, que por falta de opção de um arranjo produtivo satisfatório no assentamento, as famílias buscam esses meios para complementarem a renda mínima necessária.

Neste caso específico o fato está relacionado diretamente as condições limitadas de produção do assentamento, com suas terras em condições físico-químicas de baixa fertilidade na sua maioria, a exigir uma exploração adequada.

Dentre as atividades não agrícolas, as mais comuns registradas entre os agricultores familiares dessa comunidade estão: o trabalho na diária nos assentamentos vizinhos ou em áreas reconcentradas no próprio assentamento, retirada de lascas para construção de cerca, emprego nas madeireiras da cidade e emprega como vaqueiro nas proximidades do assentamento ou no próprio assentamento, que de forma irregular apresenta reconcentração de parcelas. As mulheres a forma mais presente é emprego na cidade como domésticas.

Fauna: Contribui para a diversidade das espécies animais existentes na região, considerada a mais diversificada do planeta. Pela característica da floresta desse assentamento como densa e aberta a fauna representa um variado número de espécies típicas da região amazônica. As espécies mais comuns:

- a) Aves: estão presentes as araras (*Ara chaporopteva*), papagaios, mutuns, jacus, garças selvagens.
- b) Quelônios: tartarugas (*Podocnemis exparisa*) e tracajás (*Podocnemis unifilis*).
- c) Répteis: Várias espécies estão presentes, porém as serpentes mais facilmente encontradas são elas: a surucucu, jararaca, bico de papagaio, coral, jibóia (*Boa constrictor*) e jacarés (*Cariman yacaré*).

d)Peixes: bagres de água doce, traíras, piranhas, piaus, pintados, pacus e lambaris.

A dimensão econômica foi avaliada a partir da identificação das tipologias dos arranjos produtivos existentes e a representação econômica perante a comunidade. Considerando as características básicas de desenvolvimento presente, bem como a diversidade de atividades produtivas distanciando o agricultor da monocultura, atividade quase sempre de risco para o bom desempenho do empreendimento familiar.

Na tabela nº 22 apresenta-se o sistema produtivo composto da produção agrícola e não agrícola existente nessa comunidade.

Tabela 22 -Síntese do Resultado da Dimensão Econômica -2004

Tipos	Renda Bruta/ano	Valor Agregado	%
Culturas temporárias+Leite+Culturas Permanentes+renda não agrícola	10.684,00	9.615,00	29
Cultura Permanente+Leite+Renda não agrícola	8.830,00	7.947,00	6
Cultura Permanente+temporárias+leite	7.089,00	6.380,00	35
Cultura temporária +Leite +Renda não agrícola	6.394,00	5.754,00	7
Leite+Renda não agrícola	4.540,00	4.086,00	23

Fonte: Dados de Campo.

Síntese da Dimensão Social: a estrutura social do assentamento está representada pela ação do Estado nos setores da educação, saúde, infra-estrutura viária e crédito. Bem como, as condições próprias disponíveis de cada família assentada, com sua força de trabalho e seu capital humano e social.

Essa dimensão contempla os múltiplos seguimentos: educação, saúde, número de mulheres, jovens e crianças, moradia, alimentação, transporte, água,

associativismo e interação com agroindústria. Todos esses indicadores são pertinentes a essa dimensão, como demonstra as tabelas 2 e 28.

As condições da educação no assentamento não são boas. Esse é o entendimento das famílias assentadas e das autoridades municipais responsáveis pelo setor da educação.

Todos os atores envolvidos reconhecem que a consolidação da agricultura familiar, depende da melhoria das condições da educação com melhor qualidade e nível de eficiência.

A comunidade de forma geral discordam da atual grade curricular das escolas, que não preparam seus filhos para a continuidade das atividades no campo. O que contribui a médio e longo prazo num processo de desestruturação social, impulsionando essas famílias ao êxodo rural. Um caminho que propicia a concentração da terra.

Apresenta-se como uma das alternativas para o setor, a pedagogia da alternância, conhecida como EFA e CFR, já funcionando em Cacoal e outros municípios em Rondônia, são fórmulas de sucesso em países da Europa e que reproduzido no sul do país, vem apresentando bons resultados.

No assentamento existe uma única escola pólo municipal de ensino fundamental e médio, funcionando em regime seriado, com 225 alunos distribuídos conforme tabela nº 23.

Tabela 23-Distribuição dos Alunos por Série - 2004

Série	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	6ª B	7ª	8ª
Nº alunos	33	21	24	21	44	30	28	17	07

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Na área da saúde, as condições também não são favoráveis, pois não existe atendimento na área rural, e quaisquer necessidades das famílias, é necessário o deslocamento até a sede do município, para atendimento no único hospital do município, com apenas 32 leitos, ou em um dos 3 postos de saúde distribuídos na área urbana do município. No assentamento as doenças que predominam ainda são: a malária, leishmaniose, hanseníase e verminose.

Quanto a moradia são casas de madeira com piso de cimento, com uma área média de 38m², em regular estado de conservação. Não existem instalações sanitárias em 78% dos estabelecimentos familiares e apenas 22% possuem fossas negras.

Na alimentação foi possível identificar variações quanto a sua qualidade. A partir daí, aplicamos uma classificação de qualidade utilizada na elaboração do PDA desse assentamento:

a) Alimentação Diversificada: quando no consumo da família se verificou a presença de arroz, feijão, carne, frutas e verduras.

b) Alimentação Básica: quando no consumo da família se verificou a presença de arroz, feijão, carne ou ovos.

c) Alimentação Precária: quando o consumo da família se verificou apenas o arroz, feijão, ovos e farinha.

A partir dessa composição acima, identificamos 29% das famílias enquadradas no consumo “a”. Enquanto 48% delas se enquadraram no consumo “b” e 23 % dessas famílias no consumo “c”. Esses compram quase todo o seu consumo na cidade. Quanto ao transporte o assentamento dispõe de linha de ônibus, e os assentados utilizam também, a moto como meio de transporte. Muito embora, no assentamento ainda existe problemas de acesso no período das águas.

A água de consumo desses assentados tem como origem os poços amazonas, rio, mina, igarapé e barragem. sendo que apenas 51% toma água filtrada, 35% toma água de poço ou mina e 14% toma água de igarapé.

As mulheres e jovens do assentamento, de uma forma geral não estão inseridos no processo produtivo, e participam ocasionalmente dos trabalhos. Existe uma dispersão rumo à cidade, em decorrência da baixa renda agrícola, resultante do atual modelo de exploração, estabelecido principalmente nos arranjos produtivos de número 4 e 5 da tabela 29.

Com relação ao associativismo, existe apenas uma associação pouco estruturada e a recém formação de grupos de base, organizados pelo Movimento dos Pequenos Agricultores -MPA.

Síntese da Dimensão Ambiental: o crescimento vertiginoso da pecuária tem provocado um crescente desmatamento nesse assentamento, contando ainda com o fator baixa fertilidade natural do solo, além da falta de conscientização dos assentados e de grupos madeireiros que fazem extrativismo de forma irracional. Toda a madeira de lei já foi extraída, sendo freqüente a retirada de madeira branca de valor comercial, utilizada na construção civil e construção de cercas e currais.

Quanto às capacitações e eventos educativos na área ambiental, nos últimos cinco anos não ocorreu. Denotando a ausência do Estado, que precisa ocupar esse espaço como facilitador no processo de conscientização dessas famílias, como medida eficiente na solução deste problema na região.

Quanto à participação de insumos externos, observa-se que vem se restringindo, os agricultores estão retornando as origens, que em vez do uso já tão comum dos herbicidas, retornam lentamente aos tratos culturais nas lavouras(carpir e roçar), tão salutar para a economia local e para o meio ambiente.

Concomitantemente, vem surgindo pequenos grupos de agricultores (as) na organização de modelos alternativos de produção, convencidos pela experiência que não dá mais para continuar com as praticas convencionais.

Síntese da Dimensão Cultural: nesse assentamento existe um conjunto de trabalhadores (as) com origem nos diversos estados da federação, que sugere uma diversidade de tradições e costumes. Que oportuniza maiores probabilidades na construção de novos empreendimentos relacionados com os interesses da agricultura familiar, para o rompimento com as praticas tradicionais.

Os eventos comuns comemorados entre eles resumem-se em: festa do ano novo, cerimônias religiosas de casamento e batizado, jogo de futebol, festividade de natal e exposições agropecuária.

4.2 Sistematização dos dados do Cedro Jequitibá

Os imóveis rurais denominados Fazenda Jequitibá e Fazenda Cedro, com áreas de 1.342,2400 e 4.876,2900ha, respectivamente, totalizam uma área de 6.218,5300ha, que deu origem à este assentamento, localizado no município de Machadinho D'Oeste.

Após as avaliações técnicas e periciais realizadas pelo Incra, através de um profissional da área de engenharia agrônômica, essas áreas foram declaradas de interesse social para fins de reforma agrária, através de um decreto presidencial, em 15 de julho de 1998, publicado no Diário Oficial da União nº 134, de 16 de julho de 1998, cuja imissão de posse ocorreu em 17.12.98.

Vias de acesso: partindo da sede do município Machadinho D'Oeste,

utiliza-se a RO-133 ,(liga Machadinho D'Oeste ao município de Vale do Anari), no quilometro 7 entra para a direita na linha MA 25 pertencente ainda ao Projeto de Assentamento Machadinho. Segue na mesma por um percurso de 20 km, chega-se na primeira linha do assentamento que dá acesso as demais linhas pertencentes ao assentamento objeto da pesquisa.

Situação Ocupacional: este assentamento foi criado pela portaria do Incra de Nº 110 de 23 de dezembro de 1998, na perspectiva de suprir as necessidades de 192 famílias sem terra em parcelas com tamanho médio 32 ha.

Trajetória de Vida dos Assentados: oriundos dos mais diversos estados da federação, com a predominância dos estados do Paraná, Bahia e Espírito Santo. Essas famílias são originarias de um acampamento coordenado pelo MST.

Clima: O clima corresponde a uma transição entre amazônico e o Brasil Central, ocorre uma curta estação seca de maio a agosto. A umidade relativa do ar apresenta uma média anual de 82,3%, com temperatura média anual é de 28° C, e as precipitações pluviométricas variam de 2000 a 2500mm anualmente.

Recursos Hídricos: o potencial hídrico é caracterizado por grande número de nascentes e igarapés, capazes de fomentar as demandas agropecuárias, inclusive atender a atividade da piscicultura.

Vegetação: Caracterizada como Floresta Ombrófila Aberta, com faciação da Floresta Ombrófila Densa, apresentando uma rica biodiversidade entre as espécies vegetais, podendo encontrar entre as mais comuns: castanheiras, maracatiara, samaúma, freijó, garapeiras, camarú ferro; dentre outras espécies uma diversidade de bromélias, orquídeas e plantas sarmentosas.

Relevo: Topografia ondulada com declividades acentuadas, formando cristas e pontões.

Solos: Caracterização das classes de solos presentes nesse assentamento:

1) Latossolos: são naturalmente mais desenvolvidos e menos férteis que os demais, ocupam aproximadamente 58% da área total do estado e, em sua maioria, álicos. São solos que apresentam um horizonte B latossólico (Bw) abaixo de qualquer horizonte diagnóstico superficial, exceto o H hístico, o qual é caracterizado pelos teores elevados de matéria orgânica. In situ, ocorre o predomínio das classes:

1.1) Latossolo Amarelo e vermelho-amarelo-distróficos: são solos profundos, textura argilosa, relevo suave ondulado, bem drenados, com baixa fertilidade natural. Apresentam como fator limitante a baixa saturação por bases, que influirá de forma significativa na produção, necessitando de um plano de calagem e adubação.

1.2) Argissolos: São solos mais jovens que os latossolos, apresentam um horizonte B textural (Bt) abaixo de qualquer horizonte diagnóstico superficial, exceto o H hístico. De profundidade variável, podem ocorrer desde forte a imperfeitamente drenados, com incremento de argila brusco de A para Bt. Quanto a fertilidade

natural, podem ser de baixa a alta fertilidade natural, depende dos valores de saturação de bases.

Ocorre o predomínio da classe Argiloso vermelho-escuro distrófico, relevo suave ondulado a ondulado, textura argilosa, bem drenados e baixa saturação por bases. Essa classe de solo, em virtude dos teores de argila elevados nas camadas superficiais, tornam-se mais susceptíveis aos processos erosivos que os Latossolos.

Fauna: A característica é floresta densa e aberta, apresenta variadas espécies de animais típicos da região amazônica.

Tabela 24 - Arranjos Produtivos Existentes: Zoneamento ocupacional com atividades agropecuária -2004

Culturas Existentes		Área (há)	Produtividade/ha
Cultura Permanente – café		665,06	1.100kg
Sistemas Agroflorestais		17,29	-
Frutíferas		57,90	-
Culturas Temporárias	Arroz	149,05	2.100kg
	Milho	131,23	1.800kg
	Feijão	100,32	1.200kg
	Mandioca	46,32	7.000kg.
Pastagem		2.501,05	2 u.a
Leite		-	5 L
Reserva Legal		2.549,58	-
Área total		6.218,53	-

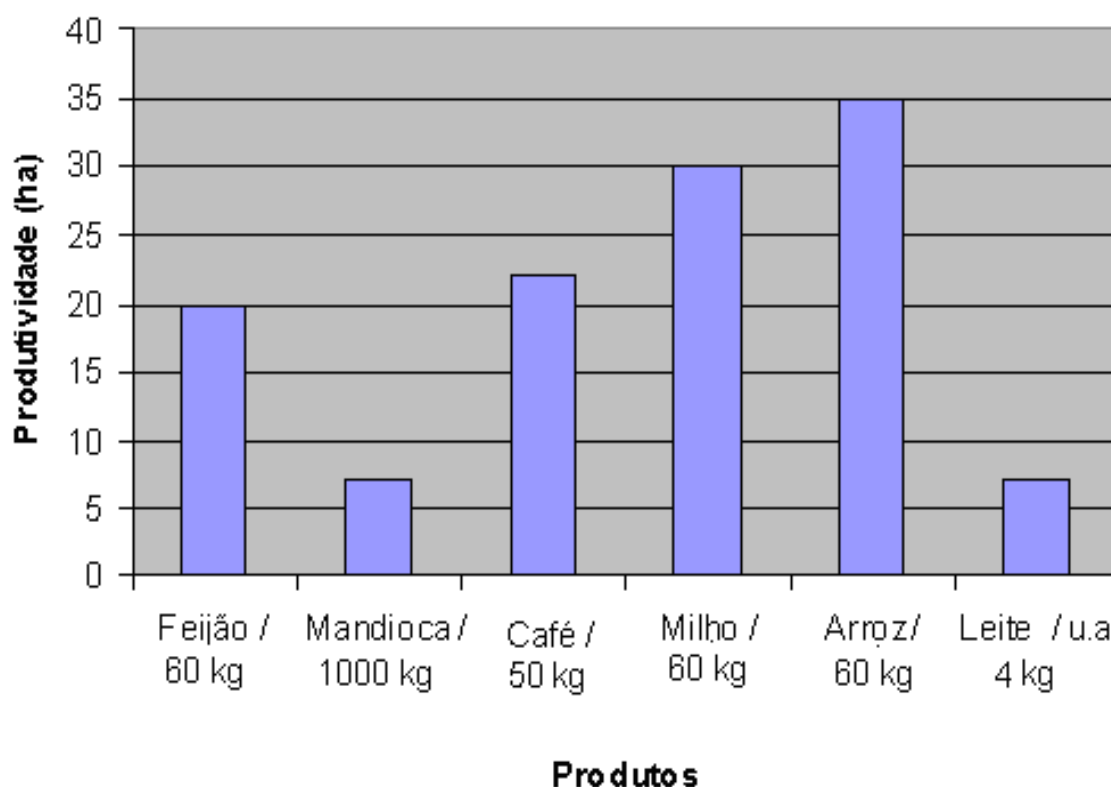
Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento e Pesquisa de campo do autor.

Reconcentração de Lote no Assentamento: não existe a prática de reconcentração de lote nesse assentamento. Existe uma dinâmica de trabalho

próprio da agricultura familiar, em que essas famílias exercem suas atividades com coragem, determinação e muita esperança no futuro.

Atividades Produtivas Fora do Assentamento: a ocupação da mão de obra existente nesse assentamento é basicamente envolvida com as atividades agropecuárias existentes (arranjo produtivo existente) no assentamento. Há uma motivação e satisfação da comunidade com o trabalho, com a organização social, com o meio ambiente e lazer. Embora compreendam que a vida no campo é muito dura, exige esforço de toda família. Os filhos sentem a necessidade de estudo e se programam para continuar os estudos na sede do município.

Figura 6 -Produtividade – Assentamento Cedro Jequitibá-2004

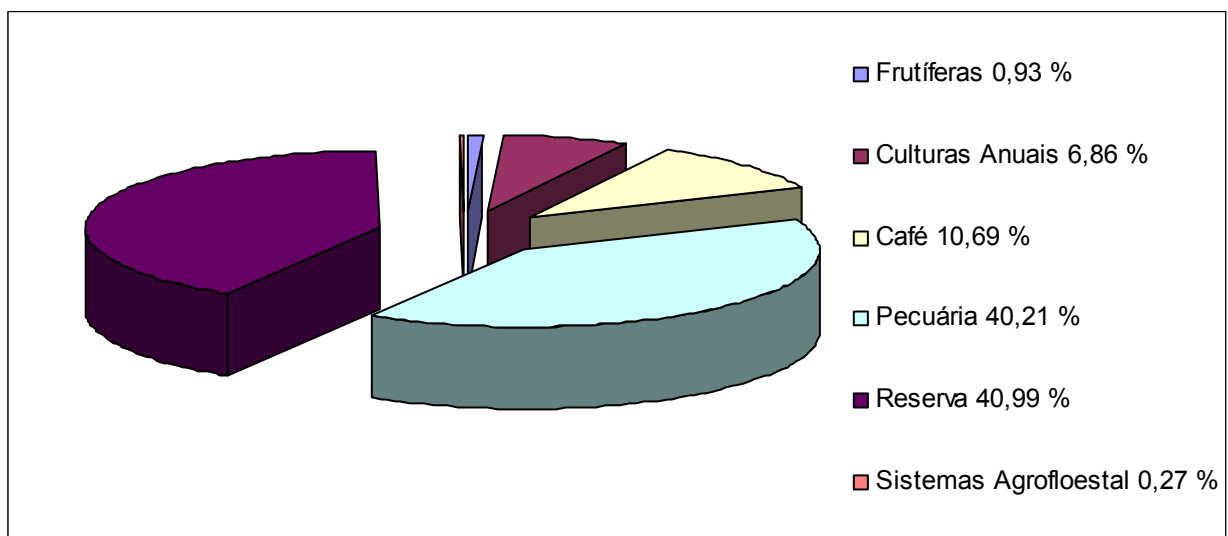


Na Figura de nº 6, apresenta-se as culturas existentes no assentamento Cedro Jequitibá e sua produtividade. Que vem respaldando o bom andamento desse

assentamento na dimensão econômica. Que por sua vez repercute profundamente nas demais dimensões do desenvolvimento rural sustentável, compatível com a política nacional do programa de reforma agrária.

A figura nº 7, traduz a presença dos arranjos produtivos e a produtividade das culturas existentes no assentamento. Com uma produção e produtividade superior ao Pedra Redonda, o que favorece a identificação das variáveis responsáveis pelos indicadores do problema da pesquisa.

Figura 7 - Arranjos Produtivos em Percentual – Cedro Jequitibá - 2004



FONTE: Equipe Técnica do Programa de Assessoria Técnica – ATES.

Extrativismo: há mais de 5 anos, a madeira de lei desse assentamento foi comercializada sem critério técnico, deixando para trás a possibilidade de maiores benefícios aos assentados.

Os assentados contaram com a madeira da mata primária como a ajuda inicial na implantação do seu arranjo produtivo e da infra-estrutura de acesso ao lote, quando esse, quase sempre localizava-se em áreas distantes.

A madeira extraída dos assentamentos tem grande significação econômica no processo inicial de crescimento e desenvolvimento do Município. Para os assentamentos o aproveitamento não vem na mesma proporção, pois os madeireiros se organizam no tabelamento do preço de compra, enquanto os assentados descapitalizados não apresentam nenhuma habilidade na hora da venda.

Sem uma fiscalização presente a exploração da madeira de áreas impróprias também tem ocorrido, precisando de uma ação urgente sob pena da subtração dos biomas na região.

O Quadro Situacional da Agroindústria: o processo de beneficiamento da produção é primário. Está representada pela utilização de duas máquinas trilhadeiras de cereais (arroz, feijão e milho), de pequeno porte. A maior parte da produção é beneficiada ainda de maneira artesanal. Exceto o café e o leite, que são entregues aos empresários já estruturados que intermedeiam esses produtos.

Educação: a distribuição geográfica das escolas no assentamento representa um atendimento por demanda localizada, são atendidas via meios de transporte contratados pelo município, muitas vezes em situações precárias. A avaliação dos serviços escolares, também não vem satisfazendo a comunidade, embora o reconhecimento da sua importância para o desenvolvimento do projeto de vida da comunidade.

A secretaria da educação municipal precisa atender ao desejo dessa comunidade na solicitação de mudança da grade curricular, adequando as matérias escolares as necessidades de vida desses trabalhadores, bem como, a implantação do ensino fundamental de qualidade em todo território municipal.

Tabela 25 -Escolas Existentes no Assentamento - 2004

Escolas Rurais	Linha	Série/Quantidade				Total de Alunos
		1º	2º	3º	4º	
Castelo Branco	C-02	16	04	01	04	25
Maria . de Moraes	C-04	10	07	03	03	23
1º de Maio	C-05	11	07	04	05	27
Dom João VI	C-06	12	06	02	03	23
E. daCunha	C-07	06	06	00	02	14
Totais		55	30	10	17	112

Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento – Incra

Saúde e Saneamento: a área da saúde é considerada periclitante em todo o município. A situação da área rural incluindo os assentamentos a situação não é diferente. Não existe atendimento nos postos de saúde. No período chuvoso com a instabilidade das estradas o processo fica mais doloroso.

- a) Principais Doenças: hanseníase, leishmaniose, malária, infecções das vias urinárias e verminose.
- b) Posto de Saúde: o único posto de saúde existente no assentamento pertence a Fundação Nacional de Saúde – FNS, onde são feitos os exames de malária e fornecimento dos medicamentos para o tratamento.
- c) Campanhas Públicas de Vacinação: o calendário de vacinação de adultos e crianças está atualizado, os assentados foram atendidos.
- d) Previdência Social: existe uma população de idosos, correspondente a 18 cidadãos da terceira idade, aptos a se aposentarem. Necessitam apenas do encaminhamento da documentação ao Instituto Nacional de Seguridade Social.
- e) Cultura e Lazer: no aspecto cultural existe a predominância das festividades juninas, natal, ano novo, cerimônias religiosas de casamentos, batizados e eventos

para escolha da garota rural mais bonita do assentamento. Quanto ao lazer as opções estão restritas aos jogos de futebol, jogos de cartas e cantoria de viola.

Vegetação: está caracterizada como Floresta Ombrófila Aberta, com faciação da Floresta Ombrófila Densa, apresentando uma rica biodiversidade entre as espécies mais comuns pode encontrar: castanheiras, maracatiara, freijó, garapeiras, imbireiras, camaru ferro; dentre outras espécies uma diversidade de bromélias, orquídeas e plantas sarmentosas.

A dimensão econômica está presente através das tipologias de arranjos produtivos existentes no assentamento, que serão referência para avaliação dessa seção. Considerando os indicadores desta dimensão, previstos na tabela de nº 30.

Tabela 26 - Síntese do Resultado da Dimensão Econômica -2004

Tipos de Arranjos Produtivos	Renda Bruta/ano	Valor Agregado	%
Cultura permanente + Culturas temporárias + Leite	17.294,00	15.565,00	80
Cultura permanente+ Leite	14.620,00	13.158,00	10
Culturas temporárias +Leite	5.194,00	4.934,00	10

Fonte: Dados de Campo.

Os dados da tabela 26, apresentam as tipologias dos arranjos produtivos existentes nesse assentamento, que traduz o tamanho da economia dessa comunidade. Através desses dados serão feitas as análises da dimensão econômica, que reflete as condições da dimensões sociais.

Os arranjos produtivos presentes na tabela 26, estão em menor quantidade que os arranjos produtivos do Pedra Redonda, porém apresentam maior consistência econômica. Em razão da presença da cultura permanente representada

pela cultura cafeeira e a pecuária leiteira. Enquanto as culturas temporárias estão representadas pelas culturas do arroz, milho, feijão e mandioca.

Sendo que cada unidade produtiva trabalha com a presença no máximo de duas culturas temporárias anualmente com tendência maior ao auto-consumo. Enquanto a bovinocultura leiteira permanece em expansão.

Síntese da Dimensão Social: a estrutura social do assentamento também está representada na sua maioria pela ação do Estado nos setores da educação, saúde, infra-estrutura viária, e as condições disponíveis de cada família assentada, com sua força de trabalho, seus conhecimentos e as condições de trabalho em grupo.

Essa dimensão contempla os múltiplos segmentos: educação, saúde, número de mulheres, jovens e crianças no assentamento, moradia, alimentação, transporte, água, associativismo e interação com agroindústria. Esses itens são parte dos indicadores constantes na tabela 31, que servirão de referência para avaliação dessa seção.

As condições da educação no assentamento, prevalece as mesmas circunstâncias em que se apresentam o assentamento Pedra Redonda. Não são boas. É o entendimento das famílias assentadas, dos técnicos da área e das autoridades municipais.

Há um convencimento geral que para a promoção do desenvolvimento sustentável é fundamental a melhoria na qualidade do ensino, com a alteração da grade curricular, da metodologia de trabalho e calendário escolar. Sem esquecer a questão salarial do professor e a estrutura física da sala de aula.

A dinâmica do sistema educacional entre os dois assentamentos são semelhantes, apresentam para as comunidades os mesmos resultados finais de aprendizado e patamar de insatisfação. A necessidade de adequação no ensino

extrapola os limites do município, considerando os itens qualidade da educação e planejamento compatível com a realidade da vida no campo.

As escolas estão distribuídas por linhas conforme apresenta a tabela 27. Sendo que funciona apenas da 1ª à 4ª série. Sendo uma das maiores reclamações dos assentados a falta do ensino fundamental.

Tabela 27- Escolas e Localidades com Séries e Número de Alunos - 2004

Nome da escola	Linha	Série / Quantidade				Total de alunos
		1ª	2ª	3ª	4ª	
Tarcila do Amaral	C-02	12	05	02	04	23
Maria Vanderli de Moraes	C-04	10	06	02	02	20
1º de Maio	C-05	11	06	03	03	23
Dom João VI	C-06	10	05	01	02	18
Euclides da Cunha	C-07	06	06	00	02	14
Sergio B. de Holanda	C-08	09	04	03	02	18
Jorge Amado	C-03	07	03	01	03	14
Total		65	35	12	18	130

Fonte: Secretaria Municipal da Educação de Machadinho D'Oeste.

O quadro de escolaridade dos assentados está assim representado: 70,02% com o primário, 22,05% são analfabetos, 6,96% concluiu o primeiro grau e 0,97 com segundo grau concluído. Não é um quadro desejável, principalmente, considerando o número de analfabetos nesse assentamento, com taxa acima da média nacional.

Na área da saúde, não existe atendimento médico, os postos de saúde existentes estão fechados. A medicina preventiva que é sonho da comunidade não está ocorrendo. O agente de saúde que seria aquele mais próximo para atender nos primeiros socorros farmacêutico também não se faz presente.

Quando ocorre a necessidade do médico na família, é necessário desloca-se à sede do município, em busca do atendimento no único hospital (unidade mista) do município com apenas 32 leitos, ou dirigir-se para um dos três postos de saúde

distribuídos na área urbana da cidade. Com apenas cinco médicos para atender toda população.

No assentamento as doenças que predominam são: hanseníase, verminose, leishmaniose, infecções das vias urinárias e malária.

Quanto as condições de moradia: na sua maioria são casas de madeira com piso de cimento, com uma área média de 64m², em bom estado de conservação, com as condições sanitárias regular em 80% dos estabelecimentos familiares.

Na alimentação foi possível identificar variações quanto a sua qualidade. A partir daí, aplicou-se uma classificação utilizada na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento –PDA.

- a) Alimentação Diversificada: quando no consumo da família se verificou a presença de arroz, feijão, carne, frutas e verduras.
- b) Alimentação Básica: o consumo da família arroz, feijão, carne ou ovos.
- c) Alimentação Precária: o consumo da família apenas arroz, feijão, ovos e farinha.

A partir da classificação acima, identificou-se 90% das famílias enquadradas no consumo “a”. E apenas 10% no consumo “b”. Os produtos consumidos por esses assentados, são na sua maioria de origem local, apenas alguns itens de origem na produção industrial, com aquisição feita na sede do município.

Quanto ao transporte o assentamento dispõe de linha de ônibus, animais de montaria e tração, bicicleta, motocicleta e jercos (veículo de carga, adaptado com motor e chassi). O uso da moto vem se ampliando como meio de transporte, embora no período chuvoso os assentados(as), ainda tenham problemas com deslocamento em decorrência do estado das vias de acesso.

A água consumida pelos assentados tem como origem o poço amazonas, ou mina. Sendo que 90% toma água filtrada e 10% ainda não usam filtro.

As mulheres e os jovens do assentamento, participam do processo produtivo desenvolvido na comunidade. Existe no trabalho a satisfação, o compromisso, tornando o ambiente de trabalho esperançoso. A reclamação unânime dessa gente é a falta de energia elétrica, que a própria comunidade vem trabalhando a questão politicamente e com o compromisso de sanar esse problema até o ano de 2006.

Quanto ao associativismo, existe apenas uma associação com sede na linha C -04, ASPRUCÉJ – Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Cedro Jequitibá, que movimenta com a maioria dos assentados, e vários grupos de base organizados pelo MPA.

Síntese da Dimensão Ambiental: segmento de destaque no processo do desenvolvimento sustentável, analisado de acordo com a sensibilidade e ação da comunidade, a partir dos indicadores: eventos e participação, existência de sistemas agroflorestais, atividades desenvolvidas pelas mulheres, percentual de insumos externos na produção, proteção de áreas com as reservas, legal e permanente.

Considerando o item capacitação, a cooperativa Milênio desenvolveu várias atividades nos últimos quatro anos nesse assentamento, atendendo as dimensões do desenvolvimento sustentável. Na área ambiental foi proferidas palestras e cursos com a finalidade de conscientizar e implementar novos conceitos.

Essas atividades educativas desenvolvidas pela Cooperativa Milênio, veio melhorar as condições de trabalho e consciência dessas famílias. Foi possível identificar inclusive a implantação de pequenas áreas de SAF, envolvendo a cultura do café, com as espécies florestais: bandarra e freijó.

Quanto aos insumos externos a demanda vem se restringindo, os agricultores estão substituindo os herbicidas por roçadas. Surgem novos grupos entre os agricultores (as), na organização da produção alternativa, como solução de

problemas vivenciados e originários do modelo de desenvolvimento rural convencional com base no pacote denominado, revolução verde.

No compromisso de um novo enfoque para o desenvolvimento rural, conta-se na atualidade com a ciência da agroecologia, com critério de desempenho para a sustentabilidade no meio ambiente e equidade social. Objetivos necessários para a manutenção de bons níveis de produtividade dos cultivos e das criações em geral.

O crescimento vertiginoso da pecuária tem provocado um crescente desmatamento no assentamento, tornando necessário o reflorestamento de parte da área de reserva legal e recuperação de matas ciliares. Que sugere uma proposta arrojada de capacitação envolvendo técnicos e agricultores(as), na sensibilização e conscientização das obrigações com o meio ambiente.

Síntese da Dimensão Cultural: envolve os itens, eventos culturais, número de grupos organizados para os trabalhos internos e externos. Esses itens são referentes aos indicadores da tabela nº 31.

Quanto ao associativismo fazem parte do assentamento o MPA com seus grupos de base com aproximadamente 30 trabalhadores (as) e uma associação de trabalhadores, com expressivo trabalho junto aos assentados e sua presença junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

As festividades e os eventos culturais comemorados: festa junina, cerimônias religiosas, natal, ano novo, cantoria de viola, jogos de futebol, jogos de cartas, festa de escolha da garota mais bonita do assentamento e exposição agropecuária.

Nesse assentamento tem-se a presença de trabalhadores (as) dos diversos estados da federação, sugerindo uma diversidade de tradições e costumes que podem contribuir com novas práticas, visando melhorar as condições sociais, econômica, cultural e ambiental do assentamento.

CAPITULO 5

ANÁLISE E RESULTADO DOS DADOS DOS ASSENTAMENTOS

Os dados levantados por esta pesquisa ocorreram, a partir da coleta de dados quantitativos e qualitativos, que resultou num conjunto de esforços convergentes, que associados aos conhecimentos relativos ao referencial teórico de Deponti, C.M., Almeida, J.; que envolve os descritores e indicadores das dimensões: econômica, social, cultural e ambiental. Que possibilitou a adaptação dos indicadores pertinentes ao campo de amostragem, com definição de valores para cada dimensão a partir da somatória dos respectivos indicadores.

Tabela 28
Descritores e Indicadores da Infra-estrutura Econômica, Social, Cultural e Ambiental
nos Assentamentos Pedra Redonda e Cedro Jequitibá - 2004

DESCRITORES	INDICADORES
DIMENSÃO ECONÔMICA = 3,00	
Agregação de Valor	Valor Agregado = 0,50
Capacidade de Reprodução	Renda Agrícola e Renda não Agrícola = 0,50
Grau de Indivíduo	Relação entre Dívida/Patrimônio = 0,50
Diversidade na Atividade Produtiva	Percentual de Renda por diferentes atividades e produtos do sistema = 0,50
Estabilidade dos Preços	Variação aos preços pagos aos produtores = 0,50
Dinâmica Econômica Local	Percentual de produção total destinado ao consumo e excedente comercializado = 0,50

Tabela 28	
Descritores e Indicadores da Infra-Estrutura Social, Econômica, Cultural e Ambiental	
(CONTINUAÇÃO)	
DIMENSÃO SOCIAL = 3,00	
Caracterização da População	Numero de mulheres, jovens e crianças = 0,80
Qualidade de Vida	Moradia, educação, saúde, cultura, lazer = 0,80
organização Social	Nº de associações e núcleos organizados=0,80
Integração a Agroindústria	Número de agricultores integrados = 0,60
DIMENSÃO CULTURAL =1,00	
Diversidade Cultural	Número de eventos culturais e numero de famílias envolvidas = 0,50
Participação e Cidadania	Número de famílias que participam de grupos organizados com ação de alcance além do assentamento: conselhos municipais e câmara de vereadores = 0,50.
DIMENSÃO AMBIENTAL = 3,00	
Processo de Educação Permanente	Numero de eventos e de participantes = 0,80
Grau de Manutenção da Biodiversidade	Número de sistema agroflorestal implantado e numero de espécies. E atividades desenvolvidas pelas mulheres = 0,70.
Grau de Dependência de Insumo Externo	Percentual de insumos externo na produção = 0,80
Proteção do Solo	Percentual de área protegida – mata ciliar e nascentes = 0,70.

Fonte: Composição do autor.

5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO ASSENTAMENTO PEDRA REDONDA

A dimensão econômica está representada pelos cinco arranjos produtivos identificados nessa comunidade, envolvendo a renda agrícola e não-agrícola conforme apresenta-se na Tabela 29.

A monocultura é uma atividade não recomendável como sustentável para a agricultura familiar. Tendo como alternativa, a diversificação da produção ou renda, que proporciona margem de segurança dos investimentos.

As cinco tipologias de arranjos produtivos presentes no assentamento Pedra Redonda fogem a essa regra. Embora a quantidade dos arranjos sejam representativos, equivalem nesse caso a uma renda pouco estável, que não fixa o homem na terra e tem provocado uma rotatividade constante de ocupantes temporários nos lotes, nem sempre beneficiários da reforma agrária.

Tabela 29 -Síntese Econômica dos Dois Assentamentos

PA	Tipos de arranjos	Renda Agrícola/ Ano	Renda não Agrícola/ ano	Renda Bruta/ano
Pedra Redonda	1 – Culturas temporárias+ Leite+ Culturas permanentes +renda não agrícola	7.409,00	3.275,00	10.684,00
	2 – Cultura Permanente + Leite+ renda não agrícola	5. 563,00	3.275,00	8.830,00
	3 – Cultura Permanente + Leite + Culturas temporárias	7. 089,00	-	7.089,00
	4 - Cultura temporária+Leite +Renda não agrícola	3.119,00	3.275,00	6.394,00
	5 – Leite+Renda não agrícola	1. 265,00	3.275,00	4.540,00
Cedro Jequitibá	6 - Culturas permanente + Culturas temporárias + Leite	17.294,00	-	17.294,00
	7 - Cultura permanente + Leite	14.620,00	-	14.620,00
	8 – Culturas temporárias + Leite	5.194,00	-	5.194,00

FONTE: Dados de Campo, 2004.

Os arranjos produtivos de nº 1 e 3 apresentam as melhores rendas do assentamento Pedra Redonda. Exigem dessas famílias um esforço hercúleo para a conquista desses ganhos financeiros.

Os produtos do Pedra Redonda são obtidos a partir de um esforço maior daqueles assentados em comparação ao Cedro Jequitibá. Desprendem maior esforços físicos, maiores gastos com menor retorno financeiro em suas atividades diária na terra.

O arranjo produtivo de nº 2, com renda intermediária, está caracterizado também pela produção de café e leite; porém não satisfaz as necessidades de renda da família, obrigando-os a busca da renda alternativa e complementar, fora de sua parcela de terra.

A ausência da produção das culturas de arroz, milho e feijão como culturas de subsistência, traduz a realidade da baixa fertilidade do solo existente. O que leva esses agricultores a busca de renda complementar fora de sua parcela de terra para então fazer a aquisição desses produtos no mercado.

Nos arranjos produtivos da tabela 29 de nº 4 e 5, as condições presentes são mais difíceis que para as famílias do arranjo produtivo nº 2. Essas famílias buscam intensamente outras atividades na área urbana ou rural do município, como forma de assegurar a sobrevivência da família e manter a terra como seu maior patrimônio.

Na corrida por outras fontes de renda complementar, encontram como alternativa na cidade, quase sempre, emprego nas serrarias para os homens e de domésticas para as mulheres. Quando a atividade ocorre no rural, são serviços nos assentamentos vizinhos ou fazendas, como diaristas ou empreita de serviços.

Ainda nos arranjos produtivos de números 4 e 5, além do valor da renda nos patamares mínimos à reprodução social. Esse grupo representa o percentual de 30% da população do assentamento.

Com a identificação dos cinco arranjos produtivos nessa comunidade, superior ao número de arranjos do Cedro Jequitibá que são apenas três, contraria o

princípio da diversificação. Nesse caso a heterogeneidade no arranjo produtivo nesse caso particular, reflete as conseqüências de um processo constante de perda no trabalho que levam esses trabalhadores à constantes tentativas em busca da superação das limitações na produção e renda.

A presença da renda não agrícola, que poderia representar um bom indicativo como nova forma de trabalho e renda no rural, a exemplo do que vem ocorrendo nos estados do sul e sudoeste mais frequentemente. Neste caso representa a versatilidade própria desses agricultores na tentativa de manter-se na terra.

A renda não agrícola introduzida na composição da renda familiar representa um dos indicativos da falta de um projeto produtivo alternativo que responda as necessidades econômicas e sociais da família.

Com a busca da melhora de renda, os assentados protegem a saída da terra. E já cansados da luta, sem superar as dificuldades, ocorre constantemente a evasão, com a marca da alta rotatividade entre os ocupantes, bem como a reconcentração da terra entre beneficiários e não beneficiários da reforma agrária.

Tabela 30 -Dados Comparativos da Produtividade nos Assentamentos - 2004

Culturas	Produtividade /kg/há			
	Brasil	Rondônia	Pedra Redonda	Cedro Jequitibá
Arroz	3. 559	2.100	900	2.100
Milho	3. 022	3.000	600	1.800
Feijão	575	730	120	600
Mandioca	13.600	1.850	7.000	7.000
Café	-	600	600	1.100
Pimenta	-	1.700	-	-

Fonte: IBGE e CONAB.

A reconcentração de parcelas e o fluxo contínuo de compra e venda de terra nesse assentamento, não tem permitido ao INCRA o controle da situação dos ocupantes nos últimos cinco anos. Tendo como causa maior, a baixa produtividade

da terra diante do projeto inicial de exploração implantado no assentamento. O que exige uma ação com a participação do Estado para superação do mesmo.

Conclui-se que a condição restritiva do solo, juntando-se ao baixo nível tecnológico aplicados nas atividades agropecuárias e outras condicionantes exógenas têm provocado, no assentamento Pedra Redonda, uma política de modelo excludente e indesejável.

O solo do assentamento Pedra Redonda poderia não ser hoje o fator limitante do assentamento. Para tal, seria necessário as adequações ao novo projeto aplicável as condições locais do solo e aos conhecimentos das famílias.

A ausência da assessoria técnica qualificada e do crédito oportuno, provocam, na agricultura familiar, reações contrárias aos princípios da reforma agrária. Que na luta para a descentralização da terra acabam por não fixar as família sem terra na terra, provocando a reconcentração.

A dimensão social transpira o drama de vivência econômica dessa comunidade. Sem perspectiva do ponto de equilíbrio econômico mínimo desejado, as famílias reclamam à necessidade de apoio do Estado, no sentido do ajuste necessário da atual matriz de desenvolvimento atualmente existente. Vejamos na tabela nº 31 alguns indicadores sociais ali presentes, possíveis de serem comparados e mensuráveis nos dois assentamentos.

Tabela 31 - Relação entre alguns Indicadores Sociais dos Assentamentos

PA's	Estrada	Moradia (m²)	Agro-industria (%)	Água Filtrada (%)	Inst. Sanitária (%)	Transporte	Associação	Mulheres e Jovens	Educação 1ª à 4ª Séries
Pedra Redonda	R	38	30	51	22	R	I	I	99
Cedro Jequitibá	R	64	90	90	80	B	R	B	130

Fonte: Dados de Campo, 2004.

A dimensão social registra nessa comunidade o drama da descapitalização. Sem perspectiva do equilíbrio financeiro familiar, através de suas atividades de trabalho na parcela, um alto percentual de famílias desistem da terra constantemente em busca de outra alternativa de vida.

Nessa circunstância, fica quase impraticável o fortalecimento de grupos, associações e cooperativas. A comunidade vive sem esperança nas suas forças para elaborar a mudança. Aguardam por uma ação do Estado no sentido de ajudá-los na superação das dificuldades em que vivem.

A dimensão cultural não compromete a comunidade quanto a sustentabilidade, pois é uma comunidade composta por trabalhadores oriundos dos diversos estados da federação, sugerindo a existência de boa diversidade de tradições e costumes aplicáveis as dimensões do desenvolvimento Sustentável.

A dimensão ambiental apresenta um quadro bastante alterado em termos da vegetação primária presente no assentamento. Predominando extensas áreas com pastagens, associadas a vegetação secundária, com apenas 30% da floresta primária localizada geralmente em áreas declivosas.

5.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO ASSENTAMENTO CEDRO JEQUITIBÁ

Para análise desses dados, será aplicado o método das dimensões com os seus indicadores, conforme a tabela 28, utilizando os mesmos critérios da análise dos dados do Pedra Redonda e com a finalidade de analisar o grau de sustentabilidade do modelo de desenvolvimento aplicado e compara-lo ao Pedra Redonda.

A dimensão econômica nesse assentamento apresenta-se com um arranjo produtivo que responde as perspectivas momentâneas da comunidade. Não diversifica do modelo utilizado no Pedra Redonda, mas o solo presente oferece condições para as culturas que se desenvolvem de forma favorável, assegurando estabilidade financeira e, conseqüentemente, fixando as famílias na terra.

A tabela de número 29 apresenta três arranjos produtivos existentes no assentamento, dos quais os de nº 6 e 7 apresentam uma determinada renda bruta/ano bem superior a renda anual do assentamento Pedra Redonda.

As famílias do arranjo produtivo nº 8 da tabela 29, com a menor renda do assentamento, em nenhum momento demonstram descontentamento ou sem esperanças no seu modo de vida. Embora a renda baixa esteja associada as condições da mão-de-obra pequena ou cansada, há necessidade de implantação de mais um componente produtivo para a melhoria da renda.

A dimensão social envolve ações dos governos Federal, Estadual e Municipal. Essas ações estão ligadas às áreas da saúde, educação e infra-estrutura viária, sem deixar de considerar as condições de cada família com sua força de trabalho, conhecimentos e capacidade de organização associativa ou cooperativa. Bem como, as condições de moradia, alimentação, transporte, água e número de mulheres, jovens e crianças no assentamento.

Os setores sociais e comunitários ligados ao poder público apresentam suas marcas de deficiências em toda extensão do assentamento. Mesmo assim, a comunidade apresenta bom grau de satisfação no desempenho de suas atividades agropecuárias. Existe confiança no futuro e esperança em dias melhores, apesar das dificuldades que os envolvem no cotidiano.

Na observação dos dados na tabela 31, estão relacionados os indicadores da dimensão social, sendo eles: condições de moradia, uso de água filtrada, alimentação, instalações sanitárias, associativismo e presença de jovens e mulheres no assentamento. Que oportunizou a análise dessa dimensão, possibilitando a caracterização do diferencial existente entre os dois assentamentos em estudo.

Com relação a moradia, esse assentamento apresenta maior conforto pela qualidade de material da construção e espaço em metro quadrado oferecido por família. Na alimentação, com a utilização do mesmo método de avaliação da outra comunidade, foi possível detectar a superioridade na qualidade da alimentação dessa comunidade.

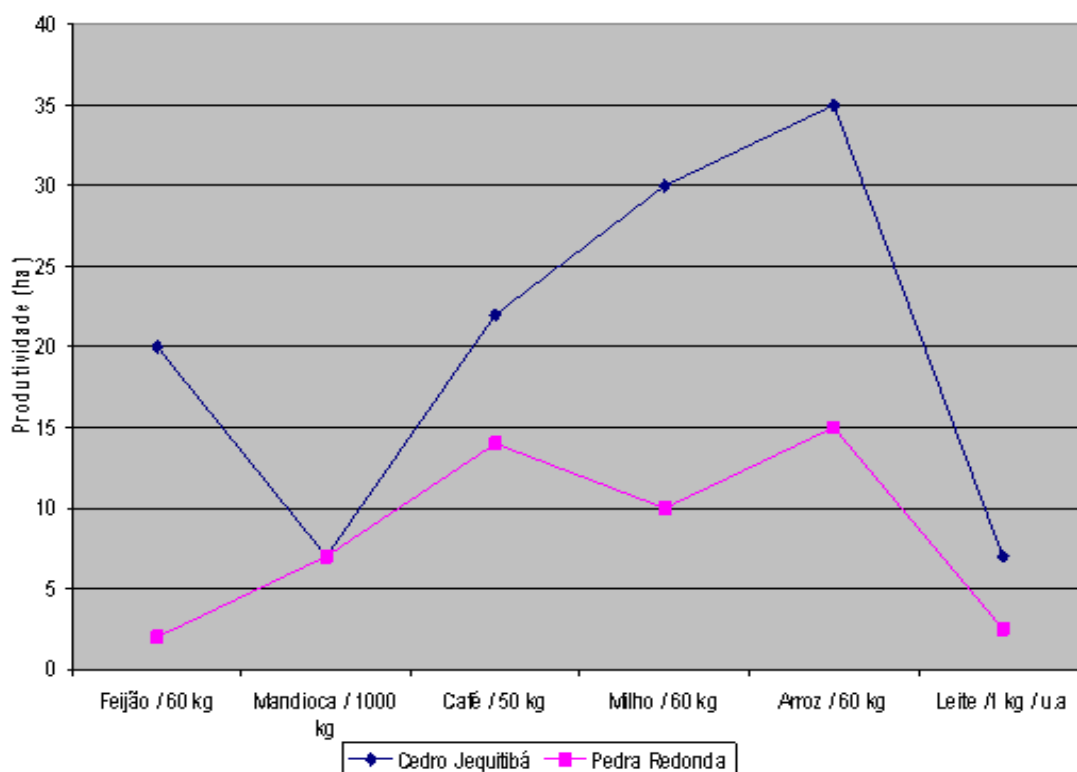
Quanto a dimensão ambiental, o potencial hídrico nos dois assentamentos é considerável, porém vale salientar a necessidade da preocupação dessa dimensão em recuperação de parte da mata ciliar devastada e reserva legal, bem como a recuperação de solos em fase inicial de degradação em decorrência, principalmente, da sobrecarga de animais no pasto.

A dimensão cultural, não compromete a comunidade quanto a sustentabilidade, pois é composta por trabalhadores oriundos dos diversos estados da federação, sugerindo a existência de uma diversidade de tradições e costumes.

A figura de nº 8 foi produzida a partir dos dados relativos a produção, levantados em campo. Esses dados transformados nessa figura, conseguem traduzir os reflexos das diferenças produtivas existentes entre as comunidades Pedra Redonda e Cedro Jequitibá.

Considerando as culturas existentes em cada assentamento e a respectiva produtividade, denotam as diferenças cruciais, capazes de provocar as diferenças sociais e econômicas nas duas comunidades.

Figura 8 – Os sistemas Produtivos e a Produtividade dos Assentamentos Pedra Redonda e Cedro Jequitibá e sua Produtividade - 2004



As diferenças marcantes entre as duas comunidades é inequívoca. Representam os diversos fatores que perseguem à agricultura familiar. Entre eles a ausência de políticas públicas direcionadas à esse segmento social. Quando presente age a exemplo do corrido no Pedra Redonda em que a assistência técnica e o agente financeiro coordenam o processo sem interação com os atores principais.

A situação ocorrente entre os dois assentamentos representa o papel distante do Estado com suas políticas públicas. Despreocupado aplica um arranjo produtivo para duas comunidades em situações diferentes.

A aplicação desses projetos atende aos interesses apenas do agente financeiro que, na sua busca histórica por facilidades na operacionalização dos recursos, em busca de maiores lucros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto anteriormente, finaliza-se esta dissertação com alguns apontamentos acerca do tema desenvolvido. Procurou-se identificar e compreender as ocorrências atuais existentes nos dois assentamentos, considerando as políticas públicas estabelecidas e implementadas junto aos assentados, com origem nas esferas Municipal, Estadual e Federal.

De posse dos dados resultantes da pesquisa realizada, obedecendo as normas técnicas, métodos, sistematização de dados e análise posterior dos mesmos, confirmou-se as disparidades econômicas e sociais existentes entre as duas comunidades dos assentamentos.

Envolvendo a dimensão cultural, pode-se afirmar que não existe afetação dessa dimensão que caracterize hipótese de causa ou influência no quadro das diferenças registradas entre as duas comunidades. Ambas apresentam-se culturalmente similares, são famílias com origem nos diversos Estados da federação com suas experiências na terra como empregado, meeiro, arrendatário ou bóias frias em sua maioria.

Ao analisar a dimensão ambiental nas duas comunidades, registra-se o passivo ambiental nas áreas de reserva legal e área de preservação permanente. Com variações entre as comunidades apenas no tocante ao quantitativo. .

O assentamento Pedra Redonda tem um alto percentual de solos de baixa fertilidade conforme apresentação às fls. 81 e 82. São solos com restrições a exploração agrícola e que exigem aplicação de tratamentos especiais para a resposta econômica ou implementação de arranjos produtivos adaptados a realidade local.

A dimensão econômica age sobre a renda desses agricultores que se apresentam em três extratos característicos: alta orçada em R\$ 10.684,00; a média R\$ 6.380,00 e baixa R\$ 4.086,00, para o assentamento Pedra Redonda. Sendo que o primeiro grupo, com renda maior, representa 29% da população, o segundo grupo 48% da população enquanto os menos capitalizados ou com menor faturamento representam 23% da população do assentamento.

Enquanto no assentamento Cedro Jequitibá, foram identificados cinco extratos de rendas, conforme apresenta a tabela nº 24 que, ao analisar outros dados sociais como hábito alimentar e moradia, foi possível reduzir os cinco extratos de rendas em apenas três extratos, como forma de tornar mais acessível a identificação dos fatores diferenciais entre as duas comunidades.

No Cedro Jequitibá foram identificados também os seus três extratos, alta no valor R\$ 17.294,00, a média R\$ 14.620,00 e baixa 5.194,00. A renda maior agrupa 79% da população, a renda média concentra apenas 11% da população do assentamento e, finalmente, o grupo com renda menor 10%.

Com a definição das rendas entre as comunidades distribuídas em renda maior, renda média e menor, juntamente os seus respectivos percentuais, foi possível uma melhor percepção da diferença econômica existente entre os assentamentos. Em que o assentamento Cedro Jequitibá supera a renda do Pedra Redonda.

Embora os arranjos produtivos existentes nos dois assentamentos estejam implantados com as mesmas culturas, como foi visto anteriormente, a questão ficou restrita as diferenças da qualidade dos solos entre as comunidades, que representa uma das variáveis determinantes da pesquisa.

A segunda influente variável, considera-se o modelo de assistência técnica vigente, que não considerou a impossibilidade de sucesso do modelo produtivo implantado em ambientes diferentes.

A terceira variável o agente financeiro, que quase sempre interfere na proposta inicial do dono do empreendimento; com seus interesses focados na redução de mão-de-obra disponível. Propiciando projetos semelhantes como forma de facilitar análise diminuindo seus custos.

Pode-se afirmar, que a existência dessas distorções são conseqüências da ausência de políticas públicas articuladas com a pequena propriedade que, somente na última década, começa ser discutida e interpretada como importante para a sociedade, considerando os seus aspectos: ambiental, cultural, econômico e social.

Sem esquecer que essas conseqüências levadas ao assentamento Pedra Redonda fazem parte do modelo de desenvolvimento engendrado no país, nos anos 60, denominado de “revolução verde”. Modelo de desenvolvimento centralizador com base na quimificação e motomecanização em conjunto com um modelo de assistência técnica também incompatível com a agricultura familiar.

Esse modelo de desenvolvimento rural implantado no país não satisfaz as demandas da agricultura familiar. Inverte todo processo já que sua visão está voltada somente para a capacidade imediata do retorno financeiro. Não permite indagações, respeito ao saber local e as peculiaridades existentes no ambiente.

Comparativamente, o fator resultante do processo de tentativa de inclusão social dessas famílias do assentamento Pedra Redonda falhou efetivamente pela falta de compromisso do Estado com essa categoria de agricultores. E o compromisso do governo ao pacote tecnológico importado, denominado “Revolução Verde”.

Os sonhos e esperanças das famílias inicialmente assentadas no Pedra Redonda, poderiam hoje serem realidades. Mesmo nas condições apresentadas de baixa fertilidade dos solos. Para tanto, seria necessária a existência de políticas públicas definidas e qualificadas em prol desses pequenos agricultores como: assessoria técnica de qualidade, crédito em tempo oportuno e infra-estrutura.

Finaliza-se com as sugestões para melhor desempenho do assentamento Pedra Redonda: renovação do sistema de produção, adequando as condições locais, com a presença limitada da atividade bovinocultura leiteira, privilegiando o arranjos produtivos com pequenos animais (avicultura, suinocultura, piscicultura, apicultura), bem como, as culturas: pimenta-do-reino, urucum, pupunha para palmito, mandioca, fruticultura, e finalmente as culturas de subsistência.

Quanto ao assentamento Cedro Jequitibá, com melhores condições econômicas e sociais, sugeriu-se também a diversificação do sistema produtivo, com presença limitada da bovinocultura leiteira, privilegiando a presença de pequenos animais, incluindo as culturas: cacau, pupunha para palmito, fruticultura, café, urucum e espécies florestais.

Em ambos assentamentos se faz necessário a presença de políticas públicas articuladas para o desenvolvimento da agricultura familiar, possibilitando a diversificação dos sistemas produtivos incorporando o sistema agroflorestal,

respeitando os caminhos da economia social, como forma de superar as limitações da comercialização e melhoria de qualidade dos produtos.

No gráfico nº 8 apresenta-se os arranjos produtivos das duas comunidades com suas culturas similares, só não correspondem em resultados na produtividade, com severas conseqüências à comunidade do Pedra Redonda na área econômica e conseqüentemente na social.

Deste modo, a intervenção dos agentes de Ater deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo como ponto de partida o conhecimento local.

Tudo isso se traduz, na prática, pela denotação de simplificação e facilitação de processos coletivos, indispensáveis a agricultura familiar e capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar soluções compatíveis com os interesses e necessidades dos atores envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY,R. **Paradigmas de Capitalismo agrário em questão.**São Paulo:Anpocs/Unicamp/Hucitec,1992.

-----, **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** (mimeo), 1999c.

BRASIL,Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. **Estatuto da Terra.** Brasília, 1964.

BRASIL.. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1946.

BRASIL, Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. **1º Plano Nacional de Reforma Agrária,** Brasília, 1964.

COCHRAN, W.G. **The estimation of sample size.** In: COCHRAN, W.G. *Sampling techniques.* 3.ed. New York: John Willey, 1977. p. 72-90.

CHAYANOV A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CAPORAL, F.R. ; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** –Brasília: MDA/SAF/DATER – IICA, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique; Müller, Geraldo. **Amazônia: Expansão do Capitalismo.** - São Paulo, Brasiliense, 1977.

CARNEIRO,Maria José. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Tipologia de Política.

CPDA/NEAD. **Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar.** Rio de Janeiro, Mauad, 2003.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável.** Guaíba, Agropecuária, 1999.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Marco Referencial em Agroecologia**, Brasília, 2006.

FAO/PNUD. **Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária**. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, Projeto BRA 87/022, Janeiro 1992. (mimeo)

FILELLINI, Alfredo. **Econômica do Setor Público**. - São Paulo, Atlas, 1989.

SOUZA, Theophilo Alves. Agronegócio da Fruticultura em Rondônia: os arranjos produtivos locais e custos de transação. Belém, UFPA-NAEA, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro, Lia, 1969.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, Nacional, 1959.

GRASIANO, J.; MARC, J.; BIANCHINI, V. – **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília –DF:Ministério do Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. Rio de Janeiro, 1991.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança social. São Paulo: Editora Loyola, 1993.

HAIDT, Regina Célia. **Curso de Didática Geral**. São Paulo, Ática, 1994

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.

INCRA/FAO. **Reforma Agrária e Perfil da Agricultura Familiar no Brasil.**

Brasília, 1997. (mimeo)

----, **Agricultura Familiar em áreas de reforma agrária.** Brasília, Letra Viva Comunicação, 1998.

----, **Agricultura familiar no Brasil:** uma análise a partir do Censo agropecuário de 95/96. Brasília, 1999 (mimeo)

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização.** Rio de Janeiro, 1992.

LEFEBVRE, H. **Do Lo Rural a lo Urbano.** Barcelona: Impresso en Lito-Fisan, 1971.

LEITE, Sérgio. **Observatório da Cidadania.** Rio de Janeiro, 1999. (no prelo)

LIMA, Arlindo Prestes. *et. al.* **Administração da Unidade de Produção Familiar,** Ijuí(RS), Unijuí, 1995.

MALUF, Renato Sérgio. **Planejamento, Desenvolvimento e Agricultura na América Latina.** - Rio de Janeiro, UFRJ, 1979.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra.** São Paulo, Hucitec, 1990

----, **O poder do atraso.** Ensaio de Sociologia da história lenta. - São Paulo, Ucitec, 1995.

----, **A Militarização da Questão Agrária no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1984.

MDA/CNDRS/NEAD. **O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento?** Brasília, 2001.

MDA/CNDRS/NEAD. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento.** Brasília, 2001.

MDA/FAO - **Material Didático: Agroecologia.** Brasília, 2004.

----, **Agricultura Familiar em área de reforma agrária.** Brasília, Letra Viva Comunicação, 2000.

MDA/FAO. **Material Didático: Desenvolvimento Sustentável.** Brasília, 2004.

MDA/INCRA – **Balanço da Reforma Agrária e da Agricultura**. Brasília, 2000.

MIN/PROJETO BRA – **Competitividade com Equidade e Sustentabilidade**. Brasília, 1993.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Impactos históricos do uso e da propriedade da terra no Brasil* in João Pedro Stedile (org.) **A reforma agrária e a luta do MST**. Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Trabalhadores Rurais, Agricultura Familiar e Organização Sindical**. S. Paulo em perspectiva. V. II N.2. São Paulo, 1997.

MEPF/INCRA-MA/SDR. **Agricultura Familiar Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural**. Brasília, 1999.

SENAI/DEPARTAMENTO NACIONAL. Mercoeste. Perfil Competitivo do Estado de Rondônia. Mercoeste Rondônia. Brasília, 2002.

MYRDAL, Gunner. **Teoria Econômica e Regiões Sub-desenvolvidas**. Rio de Janeiro, Soga, 1965.

NEAD. **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**. Brasília, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e Modernidade: O Agronegócio e as Transformações no Campo**. São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Roberto C. **Identidade Etnia e Estrutura Sócia**. São Paulo, 1976.

INCONTRI, Dora. **Pedagogia Espírita**. São Paulo, Comenius, 2004.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**. Rio de Janeiro, 1996.

PRIMAVESI, Ana. **Agricultura Sustentável**. São Paulo, Nobel, 1992.

REIDON, B.P; PLATA, L..A. **Intervenção Estatal no Mercado de Terras**. Brasília, Lide Gráfica, 2000.

RONDÔNIA (Estado), Secretaria de Estado do Planejamento, Coordenação Geral e Administração. **Estudos de Impactos Ambientais em Projetos de Assentamento em Rondônia**. Porto Velho, 2002.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Efeitos Sociais da Modernização da Agricultura Brasileira, em Tamás Szmrecsányi e Wilson Suzigan(orgs.), **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, ABBPHE/Hucitec, 1997.

SHANIN, Teodor. **La Clase incómoda**. Madrid, 1983

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. PortoAlegre, UFRGS, 2003.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Brasil 2002**. Rio de Janeiro, Apec, 1979.

SPIEGEL, Murray R. **Estatística**. São Paulo, Mc Grow do Brasil, 1988.

SOJA, E.W. Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria crítica social. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TAVARES, Maria da Conceição. **Celso Furtado e o Brasil** - São Paulo, Fundação Perceu Abromo, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Estudos Sociedade e Agricultura – CPDA**. Rio de Janeiro, nº 7, p. 190. Semestral.

----. **Estudos Sociedade e Agricultura – CPDA**. Rio de Janeiro, nº 12, p. 203. Semestral.

VEIGA, J.E. da **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

VEIGA, J. E. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento** – Brasília – DF: Convenio FIPE – IICA.

VIEIRA, J.G.; GANCRA, E.A. **A Reforma Agrária no Brasil (1985-2002) Um Estudo de Revisão**. Revista Eletrônica Lato Sensu – 2º ano, nº1, ISSN 1980-6116 – <http://www.unicentro.br> – Ciências Humanas.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, J.C. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**, 2ª Ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.